

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

BRUNA MATOS IGLESIAS

**AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM  
PORTO ALEGRE/RS**

PORTO ALEGRE

2022

BRUNA MATOS IGLESIAS

**As experiências sociais de mulheres em situação de rua em Porto Alegre/RS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Gomes Ferreira

PORTO ALEGRE

2022

Ficha de catalogação

BRUNA MATOS IGLESIAS

**As experiências sociais de mulheres em situação de rua em Porto Alegre/RS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Aprovado em: 17 de maio de 2022

BANCA EXAMINADORA:

---

Professor Doutor Guilherme Gomes Ferreira (Orientador)

---

Professora Doutora Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

PORTO ALEGRE

2022

À todas as mulheres que se encontram neste processo de realização, mulheres fortes, cheias de potenciais e resistências.

## AGRADECIMENTOS

Eu nunca tive facilidade em expressar meus sentimentos, então quebrei a cabeça para começar a escrever meus agradecimentos. Primeiramente, gostaria de agradecer minha família, por ter me dado a oportunidade de estudar; sem isso eu não estaria aqui hoje. Em segundo lugar, agradeço imensamente a minha namorada, que esteve do meu lado tanto em momentos ruins quanto em momentos bons, estes que, ainda bem, foram a maioria.

Toda minha trajetória até chegar no Curso de Serviço Social foi influenciada por diversas pessoas, algumas que atualmente não tenho mais contato, mas foram muito importantes para minha vida. Com 19 anos decidi que queria me mudar para Florianópolis, sem muita ideia de qual curso queria seguir. Ainda bem que várias pessoas me apoiaram a fazer o Curso de Serviço Social, e diziam ser minha cara, por ser um curso muito crítico e político. Nesse tempo que cursei Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina encontrei uma amiga para a vida toda, isso mesmo, é você Mayara, sorte de ter te encontrado e podido partilhar contigo as primeiras experiências na universidade, com muitos *happy hours*, bares depois da aula e muitos trabalhos regados a cerveja, café e pão de queijo feito pelo Mathaus, saudade de você, mineirinho.

Depois voltei para Porto Alegre, e ainda bem que a Fernanda que estava lá na UFSC também voltou para nossa cidade e virou minha colega, assim não foi tão estranho recomeçar numa universidade diferente. Os sábados de aula de manhã não foram tão ruins com as fofocas e risos na aula. E voltar para Porto Alegre foi bom porque pude ter por perto meus amigos de novo, Matheus, Nicolas, Natalia, Natalie e Gabriela, obrigada por tudo. Alguns nem estão mais em Porto Alegre, alçando grandes voos.

Então veio o processo de estágio, e gostaria de agradecer imensamente a equipe de trabalhadores do SCFV, principalmente Lemos, Fernando, Gabriel, Robertinho, Tati e Cleber, aprendi muito com vocês, fizeram parte da minha trajetória como estagiária e depois como educadora social. E aos usuários deste serviço, que me provocaram a ter um olhar ainda mais crítico da realidade.

E por último, mas não menos importante, ao meu orientador Guilherme.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, fruto de investigação empírica de natureza fundamentalmente qualitativa, pretendeu investigar os significados sociais que as mulheres atribuem sobre suas experiências com a rua, isto é, suas percepções sobre estar em situação de rua e que experiências sociais possuem com a rua. Está fundamentado no método dialético-crítico de base materialista-histórica e se apoia na história oral como técnica de coleta de dados e na análise de conteúdo como técnica de análise dos dados. Entrevistamos quatro mulheres em situação de rua que acessam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com ênfase em população adulta em situação de rua em Porto Alegre. As entrevistas, gravadas, foram guiadas por um roteiro de tópicos-guia e as interlocutoras foram escolhidas através dos seguintes critérios de inclusão: i) ser mulher cis ou trans em situação de rua e acessando o serviço de convivência; ii) ter mais de 18 anos e estar em situação de rua há mais de seis meses; iii) aceitar participar da pesquisa e oferecer consentimento livre e esclarecido. Nosso trabalho também ocorreu com a coleta de dados documentais e bibliográficos através de revisão da literatura especializada sobre o tema. Através desta investigação, pretendemos aprofundar os conhecimentos sobre a temática a partir das narrativas das próprias mulheres sobre suas experiências sociais na intenção dupla de, por um lado, produzir um conhecimento situado, e por outro, de oferecer subsídios para a qualificação de políticas públicas para este segmento populacional. Concluímos que ser mulher em situação de rua envolve experiências particulares – de acessos ora mais precários e ora mais, em certo sentido, privilegiados em relação aos serviços e programas da rede socioassistencial; de violências e de significados sociais produzidos de forma específica sobre essa população – e experiências universais que atingem toda a população em situação de rua. Pudemos perceber, também, que a rua é um processo social e um fenômeno contraditório e que apesar de envolver necessariamente uma série de perdas, de injustiças, de desigualdades sociais e de violências, também se estabelece através da resistência, da insurgência, da celebração da vida, do sonho e da possibilidade de ter esperanças e projetos de futuro.

**Palavras-chave:** Mulher. Gênero. Rua. Situação de Rua. Experiência Social.

## ABSTRACT

This paper, the result of an empirical investigation of a fundamentally qualitative nature, aimed to investigate the social meanings that women attribute to their experiences with street living, that is, their perceptions about being on the streets and what social experiences they have with the street. It is based on the dialectical-critical method of materialist-historical basis and relies on oral history as a data collection technique and on content analysis as a data analysis technique. We interviewed four homeless women who access the Service for Coexistence and Strengthening of Links with an emphasis on the homeless adult population in Porto Alegre. The interviews, which were recorded, were guided by a script of guiding topics and the interlocutors were chosen through the following inclusion criteria: i) being a cis or trans woman in a street situation and accessing the coexistence service; ii) be over 18 years of age and have been homeless for more than six months; iii) accept to participate in the research and offer free and informed consent. Our work also took place with the collection of documentary and bibliographic data through a review of the specialized literature on the subject. Through this investigation, we intend to deepen the knowledge on the subject from the narratives of the women themselves about their social experiences with the double intention of, on the one hand, producing situated knowledge, and on the other hand, to offer subsidies for the qualification of public policies for this population segment. We conclude that being a homeless woman involves particular experiences – of access sometimes more precarious and sometimes more, in a sense, privileged in relation to the services and programs of the social assistance network; of violence and social meanings produced specifically for this population – and universal experiences that affect the entire homeless population. We were also able to perceive that streetization is a social process and a contradictory phenomenon and that, despite necessarily involving a series of losses, injustices, social inequalities and violence, it is also established through resistance, insurgency, the celebration of life, dreams and the possibility of having hopes and projects for the future.

**Keywords:** Woman. Gender. Streetization. Homeless. Social Experience.



## LISTA DE SIGLAS

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>IPEA</b>	Instituto de Economia Aplicada
<b>LGBTI+</b>	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais identidades
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MNPR</b>	Movimento Nacional de População de Rua
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PNPR</b>	Política Nacional de População de Rua
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. A RUA: PROCESSO DE RUALIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA</b> .....	18
1.1. Políticas sociais e sistemas de (des)proteção social .....	22
1.2. Rede socioassistencial para população em situação de rua .....	27
1.3. Situação de rua como expressão da questão social .....	31
<b>2. O GÊNERO: INTERSECÇÕES E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS</b> .....	36
2.1. Feminismo e a história de uma categoria.....	39
2.2. Dissidências sexuais e de gênero .....	41
2.3. Categorias de articulação no espaço da rua .....	46
<b>3. VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA</b> .....	51
3.1. Violência e resistência: mediações entre a rua e o gênero .....	55
3.2. Mulheres em situação de rua e o trabalho da assistente social .....	58
<b>4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	68



## INTRODUÇÃO

O interesse para o aprofundamento sobre as questões de gênero me acompanha desde o início da graduação. Ainda cursando Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, realizei um artigo em uma disciplina de antropologia sobre o tema da prostituição; a partir disso, percebo que as questões de gênero me acompanharam de um ponto de vista teórico e foram sendo aprofundadas ao longo do curso. Quando entrei no estágio obrigatório me inseri em um campo onde trabalhava com a população em situação de rua e no qual a prática se traduzia no atendimento das pessoas que acessam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A partir do conhecimento dessa realidade e das diversas negações de direitos sociais e políticos que essa população experimenta, me deparei com a invisibilidade e a vulnerabilidade em que estavam as mulheres em situação de rua. Assim, optei por construir um projeto de intervenção que seria um grupo para mulheres em situação de rua. Ao me deparar com a escrita do projeto percebi a lacuna de produções de conhecimentos na área do Serviço Social, que não tem se dedicado com grande investimento a entender como as políticas públicas funcionam para este segmento populacional e quais as experiências sociais das mulheres com a rua. No entanto, quando tratamos somente da categoria *situação de rua*, observamos que a mesma cresce paulatinamente nas produções da área, o que se deve ao fato do fenômeno da ruralização também crescer nas últimas décadas como consequência das crises sistêmicas do capitalismo.

Paralelamente, os direitos das mulheres foram historicamente colocados em segundo plano pelo conjunto da sociedade, na contramão, podemos dizer, do projeto ético-político do Serviço Social que é uma profissão atuante no processo de garantia de direitos. Essa profissão apresenta em um dos seus princípios éticos o compromisso com a defesa da igualdade de gênero: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Essa<sup>1</sup> profissional tem um importante papel no combate a esse tipo de violação, como o direito à moradia ou

---

<sup>1</sup> Trataremos nesse trabalho o universal da profissão no feminino, já que é o gênero hegemônico da profissão e sendo esse um trabalho sobre gênero, marcando aqui, por isso, uma opção ético-política consciente.

qualquer outro tipo de violência, assegurando o direito das mulheres de forma digna, humanizada e com qualidade, se tornando imprescindível maiores produções da área para a compreensão dessa realidade e debates sobre gênero e rualização, numa perspectiva crítica para uma melhor intervenção das profissionais.

O processo de rualização reflete o agravamento das expressões da questão social em uma sociedade marcada pela desigualdade. As pessoas que experimentam esse processo de rualização colocam em evidência o caráter destrutivo do sistema capitalista que produz riqueza em consequência da produção de pobreza, sobretudo em países como o Brasil em que a desigualdade social é uma marca histórica que caracterizou as relações sociais em um contexto de dependência econômica. Além desse cenário, ocorre uma falta de maiores dados sobre essa população, prejudicando a implementação de políticas públicas realmente efetivas que intervenham nas diversas expressões da questão social que perpassam a vida desses sujeitos, o que acaba também refletindo na reprodução da invisibilidade social e na desumanização desses sujeitos sociais.

O nosso país atualmente está em uma situação extremamente crítica, reflexo da pandemia da covid-19 e de um governo reacionário no poder. Temos como resposta o aumento do desemprego, da miséria, da fome e da população em situação de rua. Somente em 2020 a população em situação de rua sofreu um aumento de 38% de acordo com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC); atualmente haveria ao menos 3.850 pessoas vivendo nas ruas de Porto Alegre, embora este número provavelmente ainda seja subnotificado já que a contagem foi realizada pelo balanço de abordagens de rua realizadas pelas equipes da FASC. Segundo Leiros (2015, p. 25),

O aumento das pessoas vivendo em situação de rua, em termos quantitativos, torna-se uma das consequências geradas pelo estágio atual do capitalismo. As áreas urbanas são as mais afetadas pelas “metamorfoses” do capital, levando ao recrudescimento da “questão social” nas cidades, locais de maior concentração da população em situação de rua.

A categoria *gênero* em relação à situação de rua é também pouco explorada em pesquisas de âmbito nacional. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2020, estimou que no Brasil existem 222 mil pessoas vivendo em situação de rua. Este número cresceu 140% desde 2012, porém, não trouxe dados *generificados* - quer dizer, que levavam o gênero em consideração - sobre a quantidade de homens e mulheres que estão na rua. A última pesquisa que trouxe

esse recorte foi a do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizada em 2008, que estimou que as mulheres fazem parte de 18% da parcela daquelas pessoas que estão na rua, embora não haja informações do percentual de quantas dessas mulheres são travestis e transexuais.

Diante dessa quadra histórica é que se justifica a realização de uma pesquisa sobre as experiências sociais das mulheres em situação de rua, no intuito de dar visibilidade às histórias de vida e às experiências destas mulheres em seu cotidiano na rua. Optamos por realizar uma investigação fundamentalmente qualitativa que se apoiasse tanto em análise documental e revisão bibliográfica quanto em entrevistas junto às mulheres em situação de rua, consubstanciando, assim, também numa etapa empírica. A partir do método dialético-crítico de base materialista-histórica, partimos para a coleta desses dados empíricos tendo como referencial metodológico a história oral temática. Segundo Meihy e Holanda (2015), é por meio da história oral que é possível dar espaço e voz à sujeitos cujas narrativas foram historicamente apagadas, que ficaram à margem dos processos de integração social, como as mulheres em situação de rua. Através das narrativas das interlocutoras, se propôs entender a sequência histórica dessas narrativas, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias.

Foram realizadas quatro entrevistas, com duração total de 40 minutos cada. As interlocutoras foram mulheres (cis e trans) em situação de rua que acessam o SCFV para população em situação de rua da cidade de Porto Alegre, selecionadas a partir dos seguintes critérios: i) ser mulher cis ou trans em situação de rua (processo de rualização) e acessar o SCFV; ii) ter mais de 18 anos e estar na situação de rua há mais de seis meses; iii) aceitar fazer parte da pesquisa através de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa foi aprovada pela Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia e pelo Comitê de Ética em Pesquisa do mesmo instituto, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, obtendo parecer consubstanciado aprovando a sua realização (parecer número 5.151.884; CAAE: 50684521.5.0000.5334). As entrevistas, gravadas em áudio, foram transcritas completamente e passaram pelo processo de análise de conteúdo (BARDIN, 2016) já na etapa de tratamento dos dados. Para esse tratamento foi buscado no conteúdo aquilo que mais se repetia, a partir da retirada de extratos do texto que depois se transformaram em categorias intermediárias e categorias finais. Essa análise dos

dados levou-nos à obtenção de 52 categorias intermediárias e seis categorias finais no processo de categorização, como podemos observar na tabela abaixo:

**Tabela 1 - Processo de categorização**

<b>Categorias finais</b>	<b>Categorias intermediárias</b>
Trabalho	Acesso à educação Acesso a proteção social Desfiliação social Falta de oportunidades Falta de resposta às necessidades sociais Mundo do trabalho Pobreza Questão social Trabalho desvalorizado Trabalho infantil Trabalho precário
Situação de rua	Conjugalidades e relacionamentos na rua Demandas sociais (Des)conhecimento sobre direitos Formas de resistência Institucionalização Qualidade de vida Rede de serviços Relações de poder Repressão policial
Família	Abandono Conflitos familiares Idealização / idílio Relacionamentos familiares
Dependência química	Perda de bens Saúde mental Uso e abuso de drogas
Violência e estigma	Culpa Desumanização Fracasso Humilhação (In)segurança Medo Preconceito Racismo Terror Transfobia/homofobia Vergonha Violação de direitos Violência contra mulher Violência de gênero Violência sexual Vulnerabilidade de gênero
Gênero e sexualidade	Assunção identitária Estereótipos de gênero Identidade de gênero Interseccionalidades e categorias de articulação

Categorias finais	Categorias intermediárias
	Masculinidades Mulher em situação de rua Orientação sexual Práticas sexuais Prostituição

**Fonte:** dados sistematizados pela autora (2022).

O processo de categorização acabou sendo um desafio adicional ao sobrepormos as categorias reveladas pelas entrevistas às narrativas qualitativas. Em outras palavras, observamos que essas categorias se relacionam de modo dialético, aparecendo por vezes de maneiras repetidas em temas diversos, o que resulta em dificuldades na condução do fio argumentativo que colocamos neste trabalho e que acabou sendo, justo por isso, apenas uma forma provisória de apresentar o texto. Optamos, assim, por iniciar o primeiro capítulo refletindo sobre a *rua*, levando em conta a historicidade do fenômeno da população em situação de rua que está relacionado com a expansão do sistema capitalista, entendendo que dentro dessa grande categoria se relacionam às categorias *trabalho* e aquelas que se referem às formas de *(des)proteção social*. O segundo capítulo segue pelas categorias *gênero e sexualidade*, onde habitam com mais presença as categorias *família e dependência química*, ainda que estas se relacionem também com a rua e o trabalho e que aquelas primeiras se relacionem à gênero e sexualidade. No terceiro capítulo então abordamos a questão da violência, por esta categoria parece funcionar, aqui, como mediadora entre a *rua* e o *gênero* e manifestando a relação entre contrários e sua própria pseudoconcreticidade já que também se manifesta pela resistência, pelo gozo e pela luta. Por este ser um assunto de esfera social, é necessário o conhecimento prévio sobre toda a historicidade que este possui. Desta maneira, de novo é preciso afirmar nossa opção teórica pelo método dialético, crítico e revolucionário de Marx para analisarmos o fenômeno para além da sua aparência e sob a ótica ontológica, a fim de nos colocarmos a observar o movimento dialético que constrói o objeto proposto. Este referencial teórico possibilita aproximações para a compreensão e explicação da realidade social, agregando as categorias teóricas historicidade, trabalho, contradição, totalidade e mediação. As categorias são apenas expressões teóricas do movimento histórico das relações de produção, portanto devem acompanhar o próprio movimento da realidade, expressando a sua transitoriedade (ZACARIAS, 2017).



## 1. A RUA: PROCESSO DE RUALIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Refletir sobre as dinâmicas do capital e seus reflexos na população em situação de rua é fundamental para apreender as particularidades de gênero neste fenômeno, que é o objeto deste estudo. A ideologia conservadora imbricada na nossa cultura mascara as bases reais do fenômeno da população em situação de rua, que está relacionado com a ascensão do sistema capitalista, sendo uma das expressões da questão social que se desenvolve a partir das contradições entre capital/trabalho no contexto de acumulação primitiva deste sistema. Na sociedade pré-industrial, muitos camponeses foram expulsos de suas terras, transformando os trabalhadores rurais em assalariados, de modo que a grande maioria passa a não ser absorvida pelo mercado de trabalho, o que acabou gerando um contingente de pessoas em situação de rua (OLIVEIRA, 2019 *apud* SILVA, 2006).

As mesmas causas que desenvolvem com a potência produtiva do trabalho a acumulação do capital, criando a facilidade de dispor da força obreira, fazem com que aumente a reserva industrial com os expedientes materiais da riqueza. Porém, quanto mais aumenta a reserva, comparativamente ao exército de trabalho, mais aumenta também o pauperismo oficial. É, portanto, a lei geral, absoluta, de acumulação capitalista. A ação desta lei, como a de qualquer outra, está naturalmente sujeita às modificações de circunstâncias particulares (MARX, 2008, p. 208).

Compreendemos então a população em situação de rua enquanto constituinte da classe trabalhadora. Embora esteja parcialmente fora do sistema de produção (e somente uma parcela está parcialmente fora, já que outra também produz e mesmo assim experimenta a rualização), essa população participa igualmente do processo de reprodução da sociedade e contribui para a lógica desse sistema, já que o pauperismo e o exército de reserva são premissas do capitalismo e uma condição *sine qua non* para sua manutenção. Desta maneira, precisamos situar o Brasil e o restante da América Latina na dialética entre o imperialismo e a dependência, pois a maneira como as estruturas capitalistas se constituíram foram diferentes das europeias.

Nesses dezenove anos que trabalhei, às vezes eu ficava na rua. Eu não conseguia ir trabalhar porque já era de manhã e eu me dava conta que tinha que trabalhar e eu nem ia, porque sabia que iam me olhar com cara de nojo, e não iam deixar eu entrar, então eu ia ficando, ficando, e cada vez aumentava mais [a minha permanência na rua] (Maria<sup>2</sup>, em entrevista).

---

<sup>2</sup> No processo de desidentificação foram eleitos nomes fictícios que não se relacionam em nada com os nomes reais das interlocutoras.

Como dito anteriormente, com o advento da sociedade pré-capitalista europeia, ocorreu um forte movimento de desapropriação e expulsão de camponeses de suas terras, forçando-os a migrarem para os centros das cidades onde havia alta demanda de mão-de-obra devido à construção das primeiras indústrias. Este momento histórico de separação do camponês de sua terra, seu meio de produção, constituiu a acumulação primitiva. A base desse novo sistema que veio a surgir com a decadência do sistema feudal foi a separação do produtor com o seu meio de produção (MARX, 2008). Desta forma, este novo modelo de produção dependia de um trabalhador sem os meios possíveis de produzir, que estivesse disposto a vender a sua mão-de-obra à burguesia. A separação destes meios de produção transformou os camponeses em assalariados que dependiam da venda de sua força de trabalho para manter sua sobrevivência. Aos que não se inseriram nesse meio de produção sobrou a miséria e a rua como forma de sobrevivência.

O movimento de industrialização seria fortemente obstaculizado se não houvesse contado com os países dependentes. A América Latina se insere no mercado mundial como produtora de alimentos e matérias-primas, o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas:

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos (MARINI, 2017, p. 329).

Em países capitalistas industriais, a acumulação do capital se baseava na produtividade e no duplo caráter do trabalhador, enquanto produtor e consumidor. Já na economia exportadora latino-americana, as coisas se deram de outras maneiras: a circulação se separava da produção e se efetuava no âmbito do mercado externo. Assim, o consumo dos trabalhadores não interfere no fluxo da produção e da acumulação (MARINI, 2017).

Deste modo, a acumulação capitalista nos países dependentes significou a exploração ao máximo da força de trabalho, sem se preocupar em criar condições ao trabalhador, e sempre que possível substituí-lo por novos braços ao processo produtivo. Bem como Marx (2008) assinala, o capital não tem a menor consideração

pela saúde ou duração de vida do trabalhador. O exército industrial de reserva, então, é produto intrínseco do movimento de expansão capitalista.

Podemos observar o Brasil, desde sua constituição enquanto país colonizado, com economia exportadora e bases escravistas, como um país extremamente desigual, onde um grande contingente populacional sempre esteve à margem da sociedade e nunca teve a mesma possibilidade de inserção no trabalho formal de trabalho e de participação na sociabilidade ordinária (SILVA, 2010). A expropriação e a exploração do trabalho para garantir a mais-valia e a desigualdade de distribuição da riqueza socialmente produzida acabam por gerar o pauperismo.

Há muita confusão acerca do conceito de pauperismo e o conceito de pobreza - esta última compreendida unicamente pelo viés da renda. Enquanto a pauperização é um processo de exploração e degradação da classe trabalhadora, abordamos a pobreza como categoria histórica e socialmente construída, como fenômeno que não pode ser visto como algo natural e sim intrínseco ao sistema capitalista. A pobreza não se refere apenas à dimensão socioeconômica, mas também se refere à dimensão política e cultural, constituída de múltiplos mecanismos que “fixam”, os pobres em seu lugar na sociedade. Essa pobreza se expressa através do não acesso a serviços e direitos básicos, à informação, à moradia, ao trabalho, à não participação política e social e mesmo à possibilidade de ter esperanças e pensar sobre o futuro (YAZBEK, 2012).

A população em situação de rua, assim, está imersa na pauperização, é a população que vive em piores condições, e assim como assinala Castel (1997), está numa relação dialética e articulada aos dramas consequentes do desemprego, da perda de vínculos e de um processo de desfiliação. A população de rua expressa e se mantém influenciada pelas mesmas determinações geradas tanto pelo processo produtivo quanto pela desproteção do Estado. Esses fatores não devem ser vistos apenas de forma individual e sim como um processo coletivo e dialético. São múltiplas as determinações da realidade dessa população que estão estruturalmente vinculadas à sociedade capitalista e seu movimento histórico, político e econômico que está em constante transformação.

Em períodos de crises do sistema capitalista, onde é necessária a sua reestruturação produtiva, a classe trabalhadora sofre as determinações deste processo. Sendo em trabalhos precários, espaços com maior exploração da força de

trabalho, bem como pela redução de empregos que acabam gerando a exclusão de homens e mulheres do processo produtivo (TRINDADE, 2017).

Na época que tava trabalhando na fábrica, como tarefeira, o serviço começou a ficar fraco, porque começaram a exportar, e a tarefeira ficava com o peixe de segunda linha, aí enfraqueceu, trabalhando só nisso o dinheiro praticamente ficava só em moedas, e eu tinha muita dívida para pagar, perdi a minha casa (Gisele, em entrevista).

Eu comecei a trabalhar com quinze anos, meu primeiro emprego foi fritando batata frita no McDonald's [...]. Eu tô na rua há exatamente treze anos, entre idas e vindas, eu já tive umas oscilações de vida, já tive emprego, já casei, já tive casa e voltei pra rua de novo (Luciana, em entrevista).

Essa massa de trabalhadores sobrantes e em piores condições de trabalho, é formada desde os primórdios do sistema de produção e se eleva a partir da inserção de máquinas e aparatos tecnológicos. Assim, se avança este processo produtivo, inserindo novas tecnologias e novas formas de exploração e acumulação, ao mesmo tempo que expulsa a classe trabalhadora de empregos formais. Essa massa sobrente e em trabalhos precários contribui tanto para a redução dos salários, quanto para criar sujeitos dispostos a qualquer tipo de exploração de sua força de trabalho.

Neste contexto atual de crise, acentuam-se as contradições deste sistema que geram inúmeras expressões da questão social, algumas já citadas, como o pauperismo, a precarização do trabalho, a violência, entre outros, o que impacta consequentemente na composição do exército industrial de reserva, e logo, na população em situação de rua. Como visto, a falta de acesso ao trabalho ou a experiência em trabalhos precarizados e mal pagos se torna um dos elementos centrais para essa condição; a inserção no mercado de trabalho formal então torna-se essencial para serem vistos enquanto cidadãos de direito, pois, como dito anteriormente, no capitalismo, aqueles que não produzem e nem consomem são colocados à margem da sociedade. Dessa maneira, trabalho formal para essa população é sinônimo de inclusão na sociedade.

Eu estudava, trabalhei a vida toda desde os doze anos [...]. Até então eu estava bem, trabalhando, em Porto Alegre eu trabalhava com uma senhora, isso durou mais de vinte anos (Maria, em entrevista).

Não terminei os estudos, fiz até a quarta série, porque quando minha mãe não tinha possibilidade, eu trabalhava vendendo bala quando tinha sete anos, e daí não tinha possibilidade de estudar (Júlia, em entrevista).

Como observado, essas mulheres que estão agora em situação de rua têm um histórico de trabalho precário desde o início de suas vidas, muitas sem condições de

terminar os estudos porque precisavam trabalhar para complementar a renda de suas famílias. Não podemos falar sobre a classe trabalhadora descolando a perspectiva de classe da perspectiva de gênero e raça/etnia, discussão que será aprofundada em outro capítulo deste trabalho. São as mulheres negras, trabalhadoras e com baixa renda as mais atingidas por este modelo de sociedade capitalista, pois elas são exploradas e oprimidas pela intersecção entre seu gênero, etnia e classe, sofrendo diversos tipos de violência, direitos negados e trabalhos mais desvalorizados e mais precários, e em sua maioria ainda não acessando uma consciência crítica da sua condição social.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, na qual os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o mercado de trabalho, e o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 1999, *apud* CISNE, 2015, p. 113).

No ideário social, a população em situação de rua é vista de forma preconceituosa, são julgados como vagabundos, mendigos, loucos, mas como demonstrado, são na realidade trabalhadores e trabalhadoras. Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2008, somente 16% dessa população pede dinheiro para sobreviver ou pratica mendicância, bem como 58,6% afirma ter uma profissão, ainda que informal. Muitos que estão em situação de rua usam a rua como maneira de sobrevivência e subsistência, trabalhando como guardas de carro, vendedores de mercadorias, catadores de recicláveis, no setor da construção civil, entre outros trabalhos. Como são trabalhos que não contribuem para a previdência social, acabam num processo de desproteção social, restando-lhes ou políticas que sofrem um desmonte e acabam sendo focalizadas, ou a caridade de instituições.

### **1.1. Políticas sociais e sistemas de (des)proteção social**

Para falarmos sobre as políticas sociais na atualidade, precisamos contextualizar como os direitos sociais foram constituídos em nossa sociedade, tornando-se necessário observar em que contexto histórico foram defendidos, bem como, analisar seus antecessores, os direitos civis e políticos. Segundo Pereira (2008, p.15), a política social é um “processo complexo e multideterminado, a par de ser

contraditório e dinamicamente relacional”. É nessa relação de contraditoriedade que se localizam as políticas sociais, que retrocedem e avançam ao longo do tempo, determinadas pelas relações entre capital *versus* trabalho.

Os direitos civis foram conquistados no século XVIII na luta contra o absolutismo, e os políticos em XIX, sob os ideais liberais clássicos que valorizavam a liberdade e a autonomia, tendo em vista os direitos de segurança, propriedade e resistência à opressão. Quem os detinha eram os donos de propriedades privadas, de modo que esta lógica possibilita também as condições para o sistema capitalista (COUTO, 2004). A luta de uma parte da sociedade, então, centraliza-se na universalização destes direitos que eram apenas de uma pequena parcela da população, ao passo que se mantém também o combate às desigualdades que foram criadas na gênese do capitalismo, surgindo assim os primeiros movimentos da classe operária e da classe trabalhadora. Foi a partir dessa emergência das reivindicações sociais da classe trabalhadora no cenário político - vistos pela classe dominante como ameaça para a ordem vigente - que foram implementadas leis que se concretizaram em políticas sociais, com intuito de responder à questão social e minimizar os efeitos da exploração capitalista, mas nunca de modo completo. Assim, esses direitos vieram a emergir no século XX e sob a contradição entre os interesses e conflitos das classes sociais.

Os direitos sociais são essencialmente efetivados nos diferentes sistemas de proteção social de sociedades capitalistas frequentemente por meio da intervenção do Estado, e se materializam através de políticas sociais públicas, de bem-estar do cidadão, atendendo demandas de educação, trabalho, salário, moradia, seguridade social, entre outros. A negação dos direitos sociais foi por muito tempo uma realidade e se manteve também contraditoriamente em sistemas de maior proteção social (como nos modelos corporativo e social-democrata), ainda que tenha sido mais presente naqueles de inspiração liberal, já que estes direitos exigiam a presença do Estado, enquanto o ideal liberal e neoliberal argumentava que a presença estatal aniquilaria os direitos civis e políticos, e por conseguinte, o direito à liberdade. No entanto, entendemos que a igualdade não existe se não houver mínimas condições de vida para todos.

O Brasil, diferente de outros países capitalistas avançados, não foi livre da dependência econômica e do domínio colonial. Como demonstrado anteriormente,

esta experiência colonial e a escravidão prolongada colocaram historicamente para os trabalhadores e trabalhadoras a responsabilidade por sua própria sobrevivência. Neste sentido, o nosso sistema de bem-estar social (ou a ideia que imaginamos a respeito dele) sofreu limitações decorrentes disso; nossas intervenções no social tiveram fortes influências conservadoras e liberais e foram caracterizadas como tópicas e seletivas, com adoção de medidas autoritárias para a desmobilização de conflitos sociais, além de práticas clientelistas, populistas e paternalistas (PEREIRA, 2011).

A primeira instituição de atendimento à pobreza do país surgiu por volta de 1560 e ofertava dotes para órfãos e caixões para os falecidos, constituindo as práticas de esmola aos pobres. Este modelo segue nos séculos seguintes, com ações de ordem religiosa que ofereciam refeições, abrigo e ajuda aos pobres. Estas ações de caridade vão servir de molde ao modelo filantrópico e caritativo da assistência. Essas práticas seguem e vão se alternando ao longo dos anos, até se tornarem ações fiscalizadoras; o atendimento à pobreza se funde com práticas higienistas e filantrópicas (YASBEK, 2012).

Pereira (2011) divide a proteção social brasileira em cinco períodos históricos: em um primeiro momento o período de 1930, com a política social do *laissez-faire*, onde o Estado quase não exercia papel regulador na área social, intervindo apenas de maneira tópica e emergencial, deixando esse papel para o mercado. Nesse cenário, a questão social era vista como questão de polícia.

Na Era Vargas, a política social operava com barganhas populistas; suas principais medidas de proteção social foram a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a legislação trabalhista e o Conselho Nacional de Serviço Social. Este conselho tinha como objetivo fiscalizar as ações de assistência social. Ainda na década de 1940 com o governo Dutra, pela primeira vez vemos uma Constituição Federal incluindo setores sociais, como saúde e alimentação. Na década de 1950 com Getúlio Vargas novamente acontece o aumento do salário mínimo, e o Estado começa a investir em políticas desenvolvimentistas. Neste sentido, as instituições sociais têm seu direcionamento para integrar os mais pobres neste processo de desenvolvimento nacional. Vemos que a classe trabalhadora passa a ter garantias de direitos básicos, no entanto, quando falamos do trabalhador pobre, sem carteira assinada ou

desempregado, acabam restando apenas obras sociais e filantrópicas que se mantêm por meio de uma rede clientelista.

Entre 1960-1964 nos governos de Quadros e Goulart é criado o Estatuto do trabalhador, 13º salário e a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). O governo de Goulart apresentou propostas mais progressistas de políticas sociais e maior intervenção estatal, entretanto, neste contexto estava ocorrendo uma inquietação por parte da burguesia nacional e estrangeira e dos setores mais conservadores que se articularam para o golpe, já que temiam o velho fantasma do socialismo, resultando no golpe militar de 1964. Nesse momento o país abre suas portas para o capital monopolista, e sua economia se dá a partir de fontes de investimento externas.

No período militar, no que tange ao Estado, este deixa de ser populista e passa a ser tecnocrata e centralizador. Seu modelo econômico era excludente, intensificava-se a exploração dos trabalhadores e a desigualdade aumenta; agora os programas sociais tinham como objetivo prioritário atender aos interesses do capital, de modo que até 1974 o governo militar se utilizava da repressão e autoritarismo para defender esse sistema. Neste clima, a proteção social se expande no país, num processo de modernização conservadora, que combina assistência com repressão.

De 1974-1979 ocorria uma modificação para ampliar a política social cujo interesse estava em aproximar o Estado da sociedade. A preocupação com a pobreza torna-se tema, são introduzidas inovações técnicas e administrativas no aparelho estatal com objetivo de superar o clientelismo. No entanto, entre 1980-1985 o governo Figueiredo é marcado pela desarticulação do desenvolvimento social ocorrido nos últimos três anos. As mudanças ocorridas nesse governo provocaram o aumento do desemprego, da pobreza e a queda dos salários, o que resultou em uma crescente mobilização da sociedade e dos movimentos sociais, e o início do período de transição democrática, marcada pela democracia liberal.

Essa forte mobilização da classe trabalhadora com sindicatos e organizações políticas culminou na conquista da Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez na história do país, temos uma Constituição com componente do sistema de seguridade social e de direito de cidadania, onde previa-se maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais, universalização do acesso a benefícios e serviços, e adoção de "mínimos sociais" como direito a



todos. No campo da seguridade social temos o mais avançado sistema através do tripé “saúde, assistência social e previdência social”.

Setores liberais e conservadores foram contra a constituição que acabou não sendo totalmente frutificada na prática, sofrendo contrarreformas desde o governo Sarney a Fernando Henrique Cardoso. Em contexto de crise econômica e regressão política, se apresentam as condições para o ideário neoliberal no Brasil. Nesse período neoliberal, que se inicia com Collor e é continuado com Fernando Henrique Cardoso que assume em 1995, o principal alvo desse projeto político e econômico passa a ser a redução da participação do Estado, a desregulação do mercado e a defesa do Plano Real. Sua política teve crescente desregulamentação da legislação trabalhista, privatizações e políticas sociais básicas como saúde e educação perdem seu caráter universal. Os programas sociais criados neste governo tiveram caráter seletivo e recursos mínimos, e é marcado por destruição de conquistas institucionais econômicas e sociais entre os anos de 1930-1980.

Neste contexto de avanço neoliberal iniciado na América Latina nos anos de 1970, e eclodindo no Brasil nos anos de 1990, com o impacto decorrente da financeirização da economia mundial e o crescimento da mobilidade geográfica do capital, houve a difusão, com maior aprofundamento, das políticas neoliberais. Emerge um Estado *mínimo* no campo social (embora ele possa ser *máximo* na sua dimensão policesca e de controle no campo dos “costumes”) que nega os direitos e as necessidades básicas que foram garantidas e conquistadas com a Constituição Federal, ignora as desigualdades e naturaliza a pobreza. Todas essas contradições inerentes ao capitalismo incidem diretamente sobre as políticas sociais.

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo [...]. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta da mão-de-obra e redução dos gastos com as políticas sociais [...]. As desigualdades sociais resultantes do aumento do desemprego foram agudizadas também por mudanças na composição do financiamento e dos gastos públicos, visto que a maioria dos países passou a ampliar a arrecadação pela via de impostos indiretos, o que acaba onerando toda a sociedade e penalizando os trabalhadores com rendimentos mais baixos (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 127-130).

O sistema capitalista então dita outras regras. Aqueles que não possuem dinheiro, não são consumistas e não geram renda ao interesse do capital, são colocados à margem da sociedade, perdem sua condição de cidadania. Isso porque

vemos que “historicamente a proteção social brasileira vai se estruturando de maneira contraditória, parte vinculada à proteção ao trabalho formal e parte acoplada ao conjunto de iniciativas filantrópicas da sociedade civil” (YAZBEK, 2012, p. 297).

Ainda neste avanço do neoliberalismo no Brasil, o Estado assume ainda mais a sua força repressora e enquanto braço direito do capital, permite a expressão máxima do capital mundializado, repercutindo nas políticas públicas. Dessa maneira, o Estado se retira cada vez mais da responsabilidade em intervir nas mais diversas expressões da desigualdade social. Em resposta, as políticas sociais, quando se referem à assistência social, são focalizadas, residuais, pontuais e mercantilizadas. Elas se caracterizam na tensão em responder as demandas mais agudas da questão social numa perspectiva de direito e reconhecer a sua insuficiência em relação à eficácia da resposta. Em outras palavras, ao mesmo tempo que atende os direitos da camada mais empobrecida, contribui para a reprodução do modelo capitalista.

Reconhecer o caráter contraditório do processo dos direitos sociais e das políticas públicas é essencial para perceber a dialética que constitui a efetivação do sistema de proteção de caráter público e universalizante num contexto de globalização neoliberal (ARGILES; SILVA, 2011). Sempre que tivemos avanços em nosso sistema de proteção social, as elites e os setores conservadores em conjunto com o capital financeiro que governa o país com ajuda do Estado se opuseram, impulsionando um desmonte de conquistas dos trabalhadores, o que resultou em um sistema precário de proteção social no país.

## **1.2. Rede socioassistencial para população em situação de rua**

Após o apanhado sobre a construção do sistema de proteção social no nosso país, iremos focar em como esse sistema atende a população em situação de rua. Historicamente as pessoas e grupos que vivem/sobrevivem nas ruas das cidades têm sido alvo de um campo de indagações e intervenções, bem como o uso de estratégias de controle de suas vidas. No entanto, se por um lado podemos perceber esse campo de saberes investindo e atravessando de maneira controladora essa população (muitas vezes expressando ideias de senso-comum sobre como essas pessoas vivem e são pretensamente acomodadas com suas condições), paralelamente ocorre uma inexistência de dados acerca da realidade de vida da população de rua até o início do século XXI, demonstrando o lugar de apagamento destes sujeitos na sociedade e a

relação que o Estado tem estabelecido com eles (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014). Vemos as políticas voltadas para a população em situação de rua sendo formadas a partir de um ideário repressivo e higienista, cujo objetivo parece ser a invisibilização dessas vidas na cidade, criminalizando estes indivíduos, os culpabilizando por estarem nessa situação e retirando-os das ruas sem seus consentimentos, explicitando a maneira como a questão social é tratada como caso de polícia.

Somente com a Constituição Federal de 1988 é que a população em situação de rua passa a ser enxergada enquanto sujeitos de direitos. Mais à frente, em 2005, a Lei nº 11.258 de 30/12/05 altera o parágrafo único do artigo 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua”, e em 23 de dezembro de 2009, após muita luta do Movimento Nacional da População de Rua será impulsionado o Decreto nº 7.053 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, cujo objetivo se relaciona à busca por uma definição que ampare legalmente essa população, os definindo como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Desta maneira, a realidade que vemos desse público é muito complexa, exigindo políticas que se articulem para intervir em várias dimensões na vida desses sujeitos para a construção de novos projetos de vida. Este decreto propõe ações intersetoriais, levando em conta os princípios da universalidade e da equidade, envolvendo diferentes políticas como saúde, trabalho, previdência, educação, moradia, assistência social, entre outras, para legitimar os direitos do cidadão em situação de rua.

É importante destacar que a conquista da PNPR é fruto de muita luta e resistência do Movimento Nacional da População de Rua, que luta até hoje para a sua implementação efetiva. Bezerra (2018) relaciona as violações dirigidas à população em situação de rua, com o desmonte das políticas públicas e precarização dos serviços socioassistenciais num contexto de neoliberalismo e avanço conservador. A população em situação de rua é formada por cidadãos de direitos e deveres perante o Estado e a sociedade. Deste modo, a realização de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas necessidades não são caridades e sim deveres por parte do Estado. Como vimos, com o advento da Constituição Federal de 1988 se estabelece

os "mínimos sociais", que são um conjunto de direitos sociais básicos a serem assegurados a todos, no entanto, a população em situação de rua sofre a violação da maioria dos seus direitos, com obstáculos no acesso à alimentação, à moradia, à higiene e à segurança - para citar apenas alguns dos direitos violados, sendo obrigação do Estado promover políticas para assegurar a proteção social para a população em situação de rua.

Para a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), as ações estratégicas da assistência social devem atender à requisitos de rede de acolhimento dessa população nos equipamentos, garantindo acesso às políticas setoriais como serviços de saúde e de educação, inclusão e acompanhamentos dos usuários no Cadastro Único, com vista à concessão de benefícios como Bolsa-Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

De acordo com o Art. 203 da Constituição Federal, a assistência social tem como objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo a crianças e adolescentes carentes; III – a promoção de integração ao mercado de trabalho; IV– a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispõe a lei (BRASIL, 2012, p. 120).

A assistência social é reconhecida como política pública não contributiva, integrante da seguridade social. A gestão através de uma rede de serviços inseriu a assistência social a partir da reformulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB), por meio da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As ações da assistência social no SUAS são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial. Tal acontecimento foi objetivado para reafirmar a necessidade de articulação entre as demais políticas, como forma de enfrentamento das expressões da desigualdade social, estabelecendo objetivos que delineiam a construção do novo modelo de atendimento. Se tratando da política de assistência social, de acordo com resolução CNAS nº 130 de 15/07/2005:

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais divide a proteção social em proteção social básica e proteção social especial, de média e alta complexidade. Os serviços de proteção básica têm cunho de prevenção a situações de risco social à indivíduos e famílias que vivem em fatores de vulnerabilidade e busca fortalecer os seus vínculos. Já a proteção social especial é destinada a indivíduos ou famílias que se encontram em situação de risco e tiveram seus direitos violados. A população em situação de rua, evidentemente, já teve seus direitos violados, por simplesmente não terem acessado a direitos mínimos constitucionais.

Na proteção social especial de média complexidade, conforme a PNAS (2004, p. 22), a previsão é que esses serviços ofereçam “atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos”. Logo, afirma a PNAS (2004) que é necessária maior estruturação técnica operacional e atenção especializada e mais individualizada, e/ou, de acompanhamento sistemático e monitorado.

Os serviços de referência para a população em situação de rua são: o CREAS, que conforme a Tipificação é um equipamento da proteção social especial de média complexidade, que visa trabalhar com as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos; os serviços especializados para pessoas em situação de rua (Centros Pop), que estão tipificados como serviço de proteção especial de média complexidade, e cuja finalidade é assegurar atendimento social e individual, oficinas e atividades de convívio que potencializem sua sociabilidade e fortalecimento de vínculos, além de provisão de documentação, de informar e orientar sobre os direitos e o acesso a benefícios socioassistenciais; o Serviço de Abordagem Social, que identifica famílias ou indivíduos em situação de risco em espaços públicos e deve garantir atenção às necessidades imediatas das pessoas atendidas, incluindo-as na rede de serviços socioassistenciais e nas demais políticas públicas; e o Serviço de Acolhimento Institucional, que tem como objetivo acolher e garantir proteção integral, contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos.

Minha experiência de estágio obrigatório em serviço social foi no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com foco para população adulta em situação de rua, sendo pioneiro nessa modalidade em todo o país. O SCFV para adultos em situação de rua foi instituído em 2016 pela resolução nº13 de 13 de maio

de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. É um serviço de proteção social básica configurado da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que atende a população de média e alta complexidade, neste caso é direcionado para a população com vivência em territórios degradados com incidência de tráfico, drogadição, práticas transgressoras, migração, com necessidades especiais e vivência de exclusão (MDS, 2014).

Como vimos, os serviços de proteção básica vinculados a política de assistência social tem cunho de prevenção a situações de risco social à indivíduos e famílias que vivem em fatores de vulnerabilidade e de fortalecer os seus vínculos, e o público atendido no SCFV é de média e alta complexidade pois estão com seus vínculos familiares e comunitários fragilizados ou quebrados, então, já estão em situação de vulnerabilidade social e já tiveram seus direitos violados, desta maneira este serviço desacomoda o Sistema Único de Assistência Social e as provisões da Tipificação. Este serviço tem como metodologia oficinas, que tem como objetivo ressignificar o espaço de rua e fomentar potencialidades, a cidadania, reduzir danos com o acesso a artes, música, entre outros.

### **1.3. Situação de rua como expressão da questão social**

Pensar a questão social no contexto brasileiro supõe identificarmos as particularidades da consolidação do sistema capitalista no país. Como demonstrado, o Estado tem um papel essencial para a dinâmica do capital. Os trabalhadores não foram passivos nesse processo e nem apenas assistiram de maneira coadjuvante o domínio de sua força de trabalho para o capital, pois sempre houve manifestações de resistência ao longo da história que colocaram em risco a ordem vigente. Nesse aspecto, são realizadas mudanças para manter o *status quo*, conservando a dependência do Brasil ao capitalismo internacional. A intervenção do Estado se situa entre criminalizar e banalizar as expressões da questão social e na focalização e assistencialização das políticas públicas como forma de enfrentá-las (IAMAMOTO, 2001).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros

tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p. 77).

A atual conjuntura e seus impactos sobre as expressões da questão social sustentam novas configurações decorrentes das transformações das relações de trabalho, diante da perda dos padrões de proteção social que vêm suas conquistas e direitos ameaçados. Grande parte dos brasileiros se encontra numa condição de pobreza, subalternidade e exclusão (YASBEK, 2001). A pobreza, entendida como um fenômeno multidimensional, com carecimentos não só materiais, mas no campo dos direitos e das possibilidades; a exclusão, sendo a forma de não pertencimento e inserção na vida social; e a subalternidade se tratando da ausência de protagonismo e de poder, expressando a dominação e exploração, onde acaba ocorrendo a desqualificação cultural. Assim como reitera lamamoto (2008, p. 119) no que se refere a questão social:

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

É nessa ótica que novamente confirmamos que a população em situação de rua e o processo da rualização são indissociáveis do sistema de produção capitalista. Como produtos do mesmo, localizam-se nos grandes centros das cidades, onde há maior circulação de capital. A compreensão do processo de rualização enquanto expressão mais aguda da questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2010) permite analisar a sociedade a partir das desigualdades geradas pelo sistema capitalista, onde a socialização e a apropriação dos lucros é privada. Essa perspectiva crítica se contrapõe às análises de esvaziamento e naturalização deste fenômeno, entendendo que este é um processo estrutural decorrente das dinâmicas sociais, se tornando a condição mais degradante do cenário urbano, pois reflete a mais brutal situação de pauperismo e descaso com o ser humano.

A condição do trabalhador deve piorar à medida que o capital se acumula; de tal sorte que, acumulação de riqueza por um lado, significa igual acumulação de pobreza, de sofrimento, de ignorância, de embrutecimento, de degradação física e moral, e de escravidão por outro, ou seja, do lado da classe que produz o próprio capital (MARX, 2008 p. 208).

Pra mim ficar na rua é horrível, pra mim não dá, não dá porque eu não fui criada rica mas a gente nunca passou trabalho, nossa família, meu pai e minha mãe eram dois trabalhadores, então trabalho mesmo a gente nunca passou, foi uma família humilde, eram seis irmãos, agora tu ficar dormindo na rua, isso aí nunca, foi uma humilhação (Maria, em entrevista).

A maneira como nos referimos a determinado grupo é uma forma de reiterar e moralizar aquela condição. A população em situação de rua ainda é referida de maneira errônea, e por isso, reiteramos a necessidade de utilizar o termo "em situação de rua" ou "em processo de rualização" pois a utilização de pessoas da rua ou moradores de rua localiza no sujeito a questão social como se problema social fosse e retira o caráter de processo social dessa situação e, conseqüentemente, a perspectiva de superação dela. Assim, estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser da rua, o processo de rualização parte da concepção de processo social a partir de múltiplos condicionantes (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011). Optamos por utilizar o conceito definido pelo Movimento Nacional da População de Rua, pois a rua se expressa em um movimento contraditório. Esse espaço se traduz nas desigualdades sofridas, mas também na resistência e luta por direitos.

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (SCHUCH, 2012, p. 19).

Essa definição serve como complemento para a utilizada pela Política Nacional para a População em Situação de Rua. Ela, estabelece, em seu art. 1º, o conceito jurídico de população em situação de rua, sendo essa população entendida enquanto grupo populacional marcado pela heterogeneidade, que têm em comum: "ausência de moradia regular, habitando praças, viadutos, calçadas, locais abandonados, casas de acolhimento; exercício de atividades próprias ao contexto da rua para obtenção de renda: trabalho de flanelinha e catação de papel, dentre outras; e fragilidade dos vínculos sócio familiares" (BRASIL, 2009).

Dar ênfase a essa mudança é importante para que se compreenda os processos de ação do Estado sobre o fenômeno a partir do entendimento de que há um contingente significativo de pessoas vivendo nessa condição, como também indica o fortalecimento dos processos de organização das pessoas que vivem em situação de rua (SILVA, 2019, p. 44).

As categorias pobreza, subalternidade e exclusão marcam de forma efetiva aqueles que estão nessa situação, atingidos e estigmatizados pelo moralismo da



sociedade, que os desqualifica socialmente e os retira do meio social. Além de terem seus direitos violados, são vítimas de diversas formas de preconceitos e violência, são vistos como vagabundos, bandidos, loucos, sujos, mendigos, e restritos de respeito, igualdade e dignidade, os tornando invisíveis nos centros das cidades, reforçando o isolamento e a criminalização da pobreza. Para Paugam (1999), os processos de humilhação, desvalorização e discriminação experimentados pelos segmentos mais empobrecidos conduzem a um estado de desqualificação social, impedindo o sujeito de desenvolver um sentimento de pertencimento a uma classe social, dificultando a sua organização política: esse é o caráter multidimensional da pobreza.

Tu vai perdendo a tua parte social, tu vai ficando muito antissocial, no caso, porque daí tu não consegue nem com a família se relacionar, numa festa de família tu já pensa que tão te olhando com cara feia, tu vai sair e o vizinho te aponta e fala “olha ali aquela que fica no meio da rua”, então tu vai se afastando das pessoas, e essa é a verdade de quem mora na rua, se afastam do convívio social, se afastam por causa da vergonha, por causa do preconceito, que até os parentes também têm (Cristiane, em entrevista).

Eu nunca fiquei na rua, eu vim pra cá e fiquei dentro da instituição, mas a experiência que é viver, o sistema tenebroso que é a humilhação de ter que ficar na rua, a tristeza pra pessoa, abandonada, não poder entrar numa instituição [...]. Na instituição tem até quem lave minha roupa, na rua não tem ninguém pra defender a pessoa (Gisele, em entrevista).

O fenômeno da situação de rua se entrecruza com outras expressões da questão social. Por ser um processo de vários condicionantes, ele se expressa em desigualdade, pobreza, ausência de moradia, desemprego e violência para todos aqueles que se encontram na situação de rua. Ainda tendo isso em consideração, podemos afirmar que essas expressões da questão social são aprofundadas quando levamos em conta outras opressões estruturais do capitalismo, ligadas a questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Quando realizamos uma leitura de gênero em relação aos processos de realização, podemos verificar que as fragilidades das mulheres em situação de rua são produzidas em termos de saúde mental, na desvalorização de si mesmas devido a subalternidade ligada a mulher em relação ao homem e na violência que sofrem neste espaço de rua (PRATES; ABREU; CEZIMBRA, 2004).

É importante ressaltar que a contradição existente na questão social não se evidencia somente nas desigualdades, pois é a partir do seu acirramento que verificamos contraditoriamente as possibilidades mais concretas de mobilizações e resistências que podem resultar em transformações sociais. As mobilizações

realizadas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua mostram a importância da ocupação de espaços públicos, que mesmo que sejam o lugar de moradia ou sobrevivência dessa população, não são vistos como locais de seu pertencimento. Historicamente a questão social foi tratada como caso de polícia, e nos governos atuais isso tem sido incorporado novamente de maneira ainda mais forte.

A contradição está no fato de que a rua se torna lugar de conflito entre aqueles que fazem uso dela na condição de “casa” e aqueles que se apropriam dela como extensão de seus domicílios e estabelecimentos comerciais, fechando acessos a ruas sem saída em zonas residenciais, impedindo a permanência de pessoas nas calçadas em frente a lojas e bancos, entre outras práticas. É nessa relação dinâmica que se podem observar os conflitos que emergem das diferentes relações de poder entre os grupos sociais e suas diversas formas de ocupação dos espaços urbanos. (PIMENTA, 2019, p. 4).

O Movimento Nacional da População de Rua surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade dessa população e para lutar contra a violação dos direitos. Em Porto Alegre, temos como exemplo o Jornal Boca de Rua, que é ligado ao Movimento Nacional; trata-se de uma publicação feita mensalmente e vendida por pessoas em situação de rua na cidade. Muitos avanços foram conquistados graças à luta do movimento, como a Pesquisa Nacional de Contagem da População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008. A Política Nacional para a População em Situação de Rua, a formação dos Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas para as Pessoas em Situação de Rua (CiampsRUA) - atualmente existem dois comitês em Porto Alegre - e a ocupação de espaços em importantes instâncias de participação e deliberação política, como conferências e conselhos da saúde e assistência social, são conquistas importantes de serem mencionadas e celebradas.

## 2. O GÊNERO: INTERSECÇÕES E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

É a partir dos estudos sobre as relações de gênero que podemos aqui fazer análises mais aprofundadas sobre a realidade social das mulheres em situação de rua, das suas particularidades, dos seus desafios e possibilidades no processo da realização. Assim como o exército industrial de reserva é fundamental para a acumulação capitalista, o patriarcado surge como uma das estruturas para esse processo.

Para compreender o patriarcado é necessário ressaltar o seu caráter histórico de dominação-exploração do homem sob a mulher, em que o homem estabelece um controle sobre elas. Além disso, nesse regime de dominação-exploração as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, prestando serviços sexuais aos seus dominadores, esse fato pode ser entendido como opressão, acresce que nesse regime as mulheres também são reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras (OLIVEIRA, 2016, p. 44).

Engels (2019), em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, afirma como as opressões de gênero se constituíram e se consolidaram com a propriedade privada e a monogamia. A afirmação explica-se pela dissolução da comunidade primitiva, a qual não existia propriedade privada e a divisão sexual do trabalho não gerava opressões. A partir do surgimento do excedente de produção se constituíram classes sociais antagônicas, surgindo as desigualdades, a exploração de classes subalternas e de gênero. Para preservar a propriedade nesse novo sistema, é instituído o casamento monogâmico, com isso ocorre o controle da sexualidade das mulheres com intuito de mantê-las fiéis ao marido, e com objetivo de gerar herdeiros para repassar sua riqueza.

Muitos autores tecem críticas às análises feitas por Engels, pois, para esses críticos, o autor leva em conta somente a questão de uma sociedade de classes. No entanto, a opressão de gênero é anterior ao próprio sistema capitalista, embora essa opressão seja incorporada e intensificada por esse sistema. Esse modo de produção atinge ao máximo a contradição presente em formações econômicas anteriores; seu motor é a produção de mais-valia através da exploração dos trabalhadores, onde todas as relações sociais nesse modo de produção se transformam em mercadoria, incluindo os sujeitos.

Assim, entendemos que gênero, a partir de Veloso (2003, p. 53) “é um fenômeno histórico e social, em ampla articulação com o desenvolvimento e

reprodução da sociedade, e deve ser tomado como categoria, pois expressa modos de ser”, ou seja, expressa um conjunto de comportamentos socialmente determinados que se esperam do masculino e do feminino: é um sistema de relações sociais e sexuais. O gênero estrutura toda a vida social e é um ponto de estabelecimento e manutenção da desigualdade, tendo como exemplo a divisão sexual do trabalho, a separação da esfera pública e privada, a desvalorização do trabalho remunerado e não remunerado da mulher. Para Louro (2002, p. 15),

A emergência da categoria gênero representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres, e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder.

Essa relação entre sexo/gênero é caracterizada por uma relação hierárquica de poder. Essas hierarquias, exclusões e desigualdades que atingem as mulheres são justificadas numa pretensa naturalização do conceito de gênero a partir de uma perspectiva essencialista em que as diferenças físicas, sexuais e biológicas são tratadas como naturais e imutáveis. Nessa perspectiva, a figura da mulher é construída enquanto submissa, frágil e passiva às diferentes formas de opressão. Entretanto, o gênero não se apresenta da mesma forma em todos os lugares e épocas, pois é uma construção social, e depende por isso de diferentes culturas e costumes de uma dada sociedade, variando conforme a política, a religião e as leis. Segundo Saffioti (2015), ser homem ou ser mulher para uma sociedade que tem o catolicismo como religião se diverge de ser homem ou ser mulher em uma sociedade muçulmana, por exemplo, o que significa que, fundamentalmente, dizer-se homem ou mulher passa também a ser uma certa decisão *social*. Segundo Butler (2003), as expressões de gênero têm suas definições enraizadas a partir de um determinismo cultural do binarismo feminino/masculino:

A ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

A autora rejeita a distinção entre sexo e gênero, pois parte do ponto de vista de que essa distinção não contribui mais para uma noção progressista do gênero, já que a ideia de cultura presente nesse conceito passa a ser tratada como algo fixo e determinado, até mesmo natural, como foi e ainda é a ideia de sexo. Assim, do mesmo modo como não podemos pensar que o sexo seja natural e o gênero seja socialmente construído (pois o sexo também é construído culturalmente), essa construção social não é algo imutável, mas antes, parte do processo social e do ato histórico dos seres humanos. Além disso, se entendêssemos apenas o gênero enquanto construção cultural e mantivéssemos imaculada a noção do sexo como natureza, o sujeito permaneceria sendo a sua genitália como verdade última, ulterior e independente do desejo cultural do sujeito; em outras palavras, uma mulher que nasce com uma vagina possuiria *um gênero feminino*, e uma mulher que nasce com um pênis possuiria *uma identidade de gênero feminino*, quase como se “identidade” fosse sinônimo de sensação.

Assim, a autora defende que a cultura toma, numa perspectiva de determinismo cultural, o papel da biologia como decisão social. Butler (2003) questiona também a famosa frase de Beauvoir (2009) que diz que “não se nasce mulher, torna-se”, pois remete apenas a parte cultural, deixando de lado as determinações biológicas. Assim, tornar-se mulher parte tanto do exterior (mundo objetivo) quanto do interior (subjetividade) desse sujeito, de modo que essa “escolha” de se tornar tanto mulher quanto homem é feita no contexto de uma cultura e de uma dada sociedade, e num regime de poder que coloca obrigatoriedades aos sexos - o que devemos vestir, como devemos nos comportar, com quem devemos nos relacionar etc., com base em uma noção restritamente sexual.

Scott (1995), uma das principais autoras no campo dos estudos de gênero a defender que gênero é uma categoria útil à história e não apenas útil à história das mulheres, assinala duas proposições sobre gênero que se conectam: o gênero passa a ser um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos; e o gênero torna-se uma forma primária de dar significado às relações de poder. Segundo a autora, essa primeira proposição sobre gênero implica em quatro elementos que se interrelacionam: em primeiro lugar, os símbolos culturais sobre a mulher como Eva e Maria; em segundo lugar, os conceitos normativos, que estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, políticas e científicas, que normatizam

o significado de ser homem e mulher; em terceiro lugar, as instituições e a organização social que representam o gênero de forma binária; e o quarto aspecto é do gênero enquanto identidade subjetiva.

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Como visto, as relações de gênero/sexo se relacionam com outras categorias como classe, a raça/etnia, nacionalidade, orientação sexual, idade, entre outros. Também veremos posteriormente, que da mesma forma que o patriarcado é uma das bases do sistema capitalista, o racismo também é, com a herança do escravismo, do preconceito e discriminação de raças/etnias em detrimento de uma estrutura de poder. Não há separação entre a exploração capitalista e a opressão patriarcal e racista, mas uma imbricação entre esses sistemas (BARROSO, 2018).

## **2.1. Feminismo e a história de uma categoria**

As relações de gênero presentes nas ruas são apenas um reflexo das relações experimentadas pelas mulheres no conjunto da sociedade, funcionando como um espelho e ao mesmo tempo como lupa, pois reflete determinações e acirra expressões de desigualdade e violência. As mulheres sofrem em seu cotidiano com as mais diversas formas de violência, preconceito, discriminação e exclusão, fruto de uma sociedade que impõe sua cultura machista e patriarcal. As teóricas do movimento feminista desde o início se esforçaram para elaborar abordagens que explicassem sobre a condição de subordinação e opressão das mulheres com o intuito de buscar meios de superar essas formas de dominação.

As ações coletivas contra a opressão das mulheres estão localizadas em diversos momentos da história, no entanto, quando pretendemos falar sobre o feminismo enquanto movimento social organizado, localizamos sua emergência somente no século XIX. Segundo Louro (2002), é na virada deste século que uma expressiva manifestação de mulheres adquire maior visibilidade e passa a ser compreendida como movimento sufragista, surgindo enquanto movimento voltado para o direito ao voto às mulheres, ou seja, direitos iguais à cidadania. Sendo

reconhecido como a "primeira onda" do feminismo, este movimento esteve ligado a mulheres brancas, heterossexuais e de classe média ou alta.

Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres em alguns lugares do mundo conseguiram romper expressões da desigualdade em termos legais, com o direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação. No entanto, esses direitos iguais não eram para todas, pois o sujeito mulher não é universal. É apenas no final da década de 1960 que surge a segunda onda do feminismo, onde se irá problematizar a construção das próprias teóricas feministas sobre o conceito de gênero e sobre a categoria "mulher" que até então vinha sendo pensada numa perspectiva eurocêntrica, remetendo apenas à mulher branca, burguesa, cisgênero e heterossexual.

Segundo Piscitelli (2002), as correntes teóricas que surgiram a partir dessa década entendiam que a subordinação da mulher em relação ao homem na sociedade era decorrente de diferentes contextos históricos e socioculturais. O entendimento de que essa mulher é subordinada enquanto construção social, possibilitou às feministas questionarem as raízes culturais dessas desigualdades para assim poderem modificá-las, criando estratégias enquanto sujeitos políticos e coletivos. Para a autora, a categoria mulher, que se originou do feminismo radical, foi importante em termos políticos para:

Desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o, no contexto específico das discussões que tinham lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do "pensamento de esquerda". O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a "identidade" entre as mulheres tornava-se primária (PISCITELLI, 2002, p. 4).

Pinafi (2007, p. 3) também afirma que "ao questionar a construção social da diferença entre os sexos e os campos de articulação de poder, as feministas criaram o conceito de gênero, abrindo, assim, portas para se analisar o binômio dominação-exploração construído ao longo dos tempos". Desta forma, com este avanço em termos políticos, as feministas começaram a desvendar as diversas relações de poder presentes na vida social, que as levou a agir em diversas esferas.

Em contrapartida temos outras autoras que problematizam essa narrativa de avanços e retrocessos de acordo com as décadas. De acordo com Hemmings (2009), o feminismo ocidental, ou anglo-americano, conta sua própria versão da história, dividindo em décadas os avanços do feminismo, para assim fortalecer uma narrativa

de progresso e desenvolvimento e, após, uma narrativa de unidade e semelhança, diferença e fragmentação. Esse pensamento dominante acaba por simplificar as áreas distintas do feminismo e da disputa de significados do mesmo, reprimindo as particularidades da trajetória do movimento ao longo de toda a história.

A crítica à hegemonia do feminismo eurocêntrico surge de feministas negras e lésbicas. A década de 1980 ficou conhecida pelos debates iniciados por feministas negras sobre a problemática desse sujeito universal da categoria "mulher" utilizado pelas teóricas do feminismo dominante. As críticas raciais e sexuais contidas nas décadas de 1970, 1980 e 1990 serviram para que teóricas mais contemporâneas pudessem superar o essencialismo e incorporar as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça (HEMMINGS, 2009).

Piscitelli (2008) afirma que algumas teóricas feministas levantam a importância da articulação de gênero com classe, raça/etnia e sexualidade, como Scott (1995). No entanto, continuaram privilegiando apenas a categoria gênero e deixando outras em segundo plano. Então a interseccionalidade surge como ferramenta de análise para apreender a totalidade social da articulação entre as categorias.

## **2.2. Dissidências sexuais e de gênero**

Como vimos anteriormente, o gênero estrutura toda a vida social e tem sido pensado, de um lado, pelo ponto de vista biológico e para sua naturalização, e de outro, na perspectiva de construção social, como ato histórico e como processo social. Partindo de diferentes culturas, de sociedades e de diferentes contextos históricos, assim, o gênero se molda também às condições sociais objetivas e acaba interferindo na própria construção da identidade dos sujeitos. Dessa forma, quando falamos de gênero, “[...] não podemos restringir-nos a homens e mulheres, a masculino e feminino. É necessário incluir todas essas categorias de pessoas” (PISCITELLI, 2009, p. 145 *apud* GONÇALVES 2021).

Ao realizar a pesquisa com mulheres em situação de rua, optamos por incluir não apenas as mulheres cisgênero (ou mulheres cis) - aquelas que foram designadas mulheres no nascimento – como também incluimos as mulheres transgênero (ou mulheres trans, também denominadas no Brasil pelas identidades mais específicas de travestis e transexuais). Essa decisão foi tomada não apenas por serem uma quantidade significativa nas ruas, mas pelo entendimento que sua identidade de



gênero é parte do motivo por estarem nessa situação. Nosso interesse aqui não é centrar o debate em teorias sobre o que é ser trans e o que é ser travesti, e sim entender o contexto de vida dessas mulheres a partir de suas falas; enquanto as produções acadêmicas focam, na maioria das vezes, em definir o que é identidade de gênero, elas mesmas (pela falta de democratização do conhecimento) não sabem diferenciar o que é identidade de gênero e orientação sexual, demonstrando inclusive que a realização provoca necessidades mais imediatas:

Eu não sei o motivo pra minha família ter me abandonado, eu não sei, eu sempre fui independente e autossuficiente [...]. Talvez então não fosse pela minha *orientação*, porque minha família sempre me aceitou super bem. (Luciana, em entrevista).

Eu sofro preconceito todo santo dia, é onde eu for, é na rua, é no ônibus, é no mercado, é em tudo que é lugar, claro não em espaços que a gente tem mais convivência, mas o resto. Eu carrego dois preconceitos, um é da *minha orientação* e o outro é da minha cor (Maria, em entrevista),

Essas mulheres se identificam enquanto mulheres trans, utilizam nomes femininos, e, no entanto, ainda confundem gênero com sexualidade, ao utilizar orientação sexual. A falta de acesso à informação às impacta para além da sua construção de identidade, refletindo também no acesso a políticas públicas e a direitos, como a utilização do nome social:

Eu não dou meu nome social por causa da identidade, às vezes a gente chega nos lugares e não tem onde dar o nome social, eu achava que nome social a gente usava só se tivesse a documentação, porque daí como eu vou provar, da onde que existe esse nome? [...] Faz horas que eu procuro onde é que troca o nome para o social e ninguém me explica direito, só não mudei ainda porque não sei onde procurar (Maria, em entrevista).

Conforme vimos com Butler (2003), a estrutura de gênero possui uma norma cujo mecanismo produz a naturalização do feminino e do masculino. Para a autora, se o gênero diz respeito à produção da relação binária homem/mulher, seu estudo deve buscar a compreensão de como tal relação é tornada real, consolidada e usada como natural em certas configurações culturais. O gênero enquanto ato performático está relacionado, portanto, ao caráter de repetição e reprodução de enunciados que dizem respeito a um sistema de regras que produzem a inteligibilidade cultural do masculino e do feminino. Atuando a partir da diferenciação, um enunciado performativo como “isso é coisa de homem” institui um domínio do masculino a partir do qual são identificados os sujeitos não-homens, os que não se coadunam às práticas estabelecidas como “coisa de homem”.

Butler (2003) afirma também que os sujeitos são reiteradamente generificados por meio da norma, o que significa que o caráter performático do discurso produz o gênero nos sujeitos através da repetição de gestos, atos e expressões que reforçam e corroboram com uma construção determinada de feminino ou masculino. Para que uma pessoa seja, portanto, considerada e construída socialmente como mulher ou homem, ela deve reiteradamente se expressar de uma forma específica, através de gestos, comportamentos e atitudes que sejam consideradas femininas ou masculinas. Por isso, toda construção, seja de um sujeito ou de uma identidade, envolve um grau de normatização, cujo efeito é a produção de sujeitos fora da norma.

É preciso valorizar que houve avanços nos últimos anos em relação à problemática do sistema binário, normativo e cis-hetero-centrado, mas temos muito ainda a avançar, pois o ideário social ainda nutre expectativas sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres. As pessoas são divididas entre corpos-homem e corpos-mulher antes mesmo do seu nascimento ao se verificar o sexo do feto, e mesmo antes do nascimento há uma expectativa sobre o sexo/gênero da criança produzida pela instituição familiar que já apresenta muito cedo esse discurso traduzido nas cores das roupas do bebê, no seu quarto, no seu nome. Depois vem a escola (que também tem esse papel de ser um dispositivo de controle) e a mídia, na produção e reprodução de estereótipos que funcionam como mecanismos para propagar essa cultura dominante. Assim, temos indivíduos que desde a infância aprendem que o "normal" é ser heterossexual e agir de acordo com as normas de gênero, ou seja, são performances reiteradas ao longo da vida e passadas por gerações.

Muitos LGBTs vão pra rua pelo preconceito da própria família, o preconceito dentro de casa é maior que na rua, onde tu procura segurança, é um lugar que não te aceita, acabam indo pra rua, pro tráfico, para prostituição, pra marginalidade (Luciana, em entrevista).

Por este motivo, parte da sociedade em geral reproduz o senso comum, o preconceito e a discriminação, pois ele faz parte da cultura propagada pela hegemonia dominante, mas também pela confusão sobre o entendimento de gênero e sexualidade. A homossexualidade historicamente é construída como um desvio na construção do gênero, de modo que temos o estereótipo da mulher "masculinizada" e do homem "afeminado" a partir dessa mistura que o pensamento comum elabora em relação às questões de sexualidade, gênero e desejo. Mesmo a homossexualidade,

por isso, é pensando a partir do binarismo homem/mulher. A própria transexualidade também é pensada a partir desse binarismo, valendo lembrar que somente em 2019 deixou de ser considerada um transtorno mental, pois muitos médicos acreditavam, e ainda temos quem utilize esse discurso, que as pessoas trans não aceitavam o próprio corpo ou nasceram no corpo errado.

Dada sua característica de repetição no tempo, o ato performativo mantém sua operação para além do momento em que foi enunciado, abrindo caminho também para aqueles corpos que se diferenciam do modelo ideal e produzem outras identidades a partir de outras repetições de gestos e comportamentos. Assim, os sujeitos que dissidem da sexualidade heterossexual e da cisgeneridade, se identificando enquanto LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e demais identidades sexuais e de gênero dissidentes) podem eventualmente escapar de uma série de regras impostas pelas normas de gênero/sexo e sexualidade (ainda que possam, também, mantê-las de modo completo ou precário), acabando por serem parcialmente excluídos da cultura dominante, pois são “desviantes” e uma ameaça à ordem vigente. Contraditoriamente, continuam sendo necessários para ela, pois é em relação ao “anormal” que se válida a norma e a condição ao seu funcionamento:

Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” – aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem “o exterior” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente “importam” (LOURO, 2002, p. 549).

Eu morava com minha madrinha e a filha dela fazia balé, e eu era apaixonada por balé mais que ela, então, como eu gostava, minha madrinha me colocou no balé, imagina uma escola de balé no meio do interior, e eu o único homem da turma, tinha dias que eu chegava e minha sapatilha tava dentro do vaso, quer dizer, essa luta não é de hoje, é de anos (Maria, em entrevista).

Observamos que as duas mulheres transexuais que participaram da entrevista, quando falaram sobre sua família, relataram que a mesma as aceitava bem e não trouxeram uma forma de preconceito experimentada pela família, e sim por parte da sociedade em geral. Contraditoriamente, essas mulheres estão em situação de rua e sem apoio de familiares, ainda que em suas narrativas possa haver um certo idílio ou fantasia a respeito do papel que suas famílias cumpriam ou cumprem nas suas vidas. De acordo com a pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

realizada em 2008, as mulheres cisgênero fazem parte de 18% da parcela daqueles que estão na rua, embora não haja informações do percentual de transexuais e travestis. Isso demonstra que essa parcela da população sofre ainda mais invisibilidade e vulnerabilidade, tanto por sua identidade de gênero quanto por estarem em situação de rua. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), aponta que 90% das pessoas transexuais recorre à prostituição de rua ao menos em um momento da sua vida, sendo válido ressaltar que a prostituição é diferente de estar em situação de rua, já que muitas mulheres que se prostituem possuem moradia, mas frequentemente experimentando processos intensos de vulnerabilidade e riscos sociais que fazem parte dessa condição.

Tive que vir pra rua, tive que conhecer a prostituição, tive que conhecer a violência, e acabei ficando na rua, eu tinha 17 anos. E isso pra mim foi bem complicado, eu não tinha a vivência que eu tenho hoje, não tinha o conhecimento que eu tenho hoje, tanto que eu não dormia de noite, eu me prostituía de noite e dormia de dia (Luciana, em entrevista).

Destaca-se que um dos motivos para as mulheres trans estarem em situação de rua e/ou em situações de vulnerabilidade e risco é pela falta de oportunidade ao longo de sua vida, pois, se o preconceito e a transfobia começam geralmente na família, ele está estruturado em todo o conjunto da sociedade, de modo que muitas acabam deixando a escola logo cedo por este motivo, segundo a Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), estima-se que 82% das pessoas transexuais não concluíram os estudos. O preconceito e a violência contra a identidade de gênero desta população têm ao longo dos anos legitimado práticas transfóbicas de violência e de exclusão incidindo no seu acesso desde a educação até o mercado de trabalho formal, uma vez que são excluídas do mercado formal de trabalho, e quando inseridas são em funções precarizadas e de baixa remuneração. Assim, são forçadas a sobreviverem a partir de processos de marginalização/subalternização, exclusão ou inclusão precária, em geral buscando a prostituição como sua forma de subsistência.

Como foi citado anteriormente, a Luciana começou a trabalhar aos 15 anos fritando batata frita no McDonald's. Quando foi abandonada pela sua família aos 17 anos, precisou ir para a rua e o seu único meio de sobrevivência foi a prostituição. Assim como a Maria que relata ter começado a trabalhar aos 12 anos e ficado mais de 20 anos entre idas e vindas entre a rua e a moradia pelo motivo do alcoolismo; hoje, aos 52 anos, se encontra em situação de rua recebendo aluguel social, no

entanto, acessando serviços da assistência social com foco para a população em situação de rua, pois não tem dinheiro para sua alimentação, e suas relações sociais são todas na rua. Isso explicita a complexidade da vida das pessoas em situação de rua, e ainda mais das mulheres trans que estão nesta situação, por terem outras necessidades e por experimentarem uma ineficiência das políticas públicas com foco nessa população que não consegue responder às suas necessidades sociais<sup>3</sup>.

Essa mesma história se repete na vida de outras pessoas trans, uma vez que o preconceito da sociedade afeta suas vidas de maneira subjetiva e objetiva. Antunes (2010) afirma que a expectativa de vida desta população é de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral, é de 74,9 anos (IBGE, 2013). Além disso, o Brasil é o país que mais mata essa população: em 2021 registrou-se 140 assassinatos de pessoas transexuais, sendo destas, 135 mulheres trans e travestis e 81% eram pessoas negras (ANTRA, 2022). Na contramão, temos uma das mulheres trans entrevistadas com 52 anos de idade, com histórico de vida de muita luta e resistência.

Meu pai sempre disse: “se tu quer ser isso daí, então termina o segundo grau, estuda e faz alguma coisa, pra tu amanhã ser alguém, porque tu vai passar muito trabalho”. Eu tive que me esforçar em dobro (Maria, em entrevista).

Observamos que as duas entrevistadas conseguiram concluir o Ensino Médio. Luciana, atualmente com 30 anos, ingressou na faculdade de Educação Física com a ajuda de sua avó, que não sabia que ela estava em situação de rua, porém não conseguiu concluir o ensino superior, pela precariedade de sua situação, dormindo de dia em pensão e se prostituindo durante a noite. Temos aqui os exemplos de que mesmo com estudos, estas mulheres não tiveram a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho formal, e quando ingressaram eram em trabalhos precários, sem acesso a proteção social.

### **2.3. Categorias de articulação no espaço da rua**

---

<sup>3</sup> Temos como exemplo o fato de Porto Alegre não possuir uma casa de acolhimento, de abrigagem ou de albergagem específica para pessoas LGBTI+ como existe em outras grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, a única instituição que possuía maior número de vagas para pessoas trans na cidade fechou em 2021, de modo que essa população acabou tendo de recorrer a outras instituições com demanda ainda mais represada.

A divisão entre o público e privado está associada ao trabalho remunerado/não remunerado e que contribui com a divisão sexual do trabalho. Ao homem foi historicamente reservado o espaço público como provedor, à mulher limitou-se o domínio doméstico, como cuidadora da casa. Essa mulher que está em situação de rua, logo, rompe com certas normas ou expectativas de gênero, uma vez que a rua é um espaço público. Assim, as mulheres vistas como “da rua” tornam-se objetos disponíveis (MONTEIRO; ALMEIDA, 2017) e passíveis de todo tipo de violência.

Ter um corpo fora da lei patriarcal de gênero é experimentar a desigualdade do espaço urbano não democrático. Esse espaço não reconhece a precariedade humana de pessoas que estão em desvantagem na cidade também devido à mobilidade, o que limita o acesso a inúmeros direitos e causa a violência (PIRES, 2016, p. 101).

É por este motivo que em diversas pesquisas em âmbito nacional as mulheres são minoria em relação aos homens que estão em situação de rua. Devido ao homem ser considerado “chefe” da família, quando completa dezoito anos é pressionado à responsabilidade de seu próprio sustento, porém, ao não conseguir, devido ao alto índice de desemprego e o exército industrial de reserva, citado anteriormente, acaba em situação de rua. Já as mulheres adquirem o papel de cuidado da família e da casa, o que revela a relação de inferioridade da mulher em relação ao homem e a sua desvalorização social. Esse processo histórico reforçou então a imagem de submissão da mulher. Por muito tempo se perdurou a obrigação da mulher aos cuidados da casa, e “restringir sua vida às necessidades exclusivas da família” (TELES; MELO, 2012, p. 28).

O processo de realização ocorre a partir de diversas condicionantes e são inúmeros os fatores que colocam as mulheres nessa situação, tanto fatores estruturais e objetivos quanto fatores individuais e subjetivos, uma vez que a própria experiência social é um conceito formado a partir dos modos de viver a vida e das condições sociais históricas para se viver, estas, que produzem efeitos também subjetivos (BENJAMIN, 1987). Assim, se nunca é apenas uma única determinação, mas múltiplas determinações, se torna necessária a mediação do singular e do universal. Pelos relatos das interlocutoras, duas delas trouxeram que um dos condicionantes para estarem em situação de rua é o uso abusivo de álcool e substâncias psicoativas, e as outras duas pelos conflitos com familiares; no entanto, os conflitos familiares estão presentes no relato de todas, ainda que, como dissemos, a família ainda seja um lugar pensado por elas como apenas de cuidado e proteção e jamais do abandono.

Esses motivos apresentados se entrecruzam com as condições de classe dessas mulheres, que vimos anteriormente, possuem um histórico de vida de trabalho desde a infância, de trabalhos precários e desvalorizados, de falta de acesso aos estudos ou condições para seu término. Todos esses fatores culminaram no processo de rualização, e por isso, não podemos descolar os elementos estruturais da nossa sociedade do processo de construção de subjetividades dessas mulheres.

Vemos então que o rompimento de vínculos familiares é uma categoria central nesse processo de rualização. No modelo tradicional de família, que tem um papel importante para a estruturação do sistema capitalista, se explicita, pela primeira vez, a dominação e o poder do homem sobre a mulher, já que é ele quem sai para trabalhar e tem o dinheiro, enquanto a mulher tem o papel de cuidar da casa e dos filhos, mesmo frequentemente também saindo para trabalhar. As normas são um importante mecanismo para manter as desigualdades de gênero, os papéis a serem mantidos pelo homem e pela mulher, para manter esse sistema binário de gênero. Deste modo, a norma geral é que a mulher deve se casar, ser mãe, ter filhos, e aquelas que desviam desse caminho estão erradas para uma parte da sociedade, ou são colocadas na marginalidade, dependendo de sua classe, orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia.

É assim que funciona o patriarcado como estrutura incorporada pelo sistema capitalista. Com a divisão sexual do trabalho, se apropria da força de trabalho feminina, quando a mulher não está cuidando da casa, trabalhando sem receber e tendo que ocupar trabalhos mais precários e salários mais baixos que os homens.

No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobre-representadas no item do desemprego (HIRATA, 2014, p. 64).

Ao questionar as interlocutoras como era ser mulher e estar em situação de rua, o que mais apareceu em suas respostas de modo geral foi sobre estar vulnerável, sobre o sentimento constante de medo e insegurança, e o preconceito da sociedade, fazendo parte da sua experiência cotidiana de estar na rua. À vista disso, levando em consideração as relações sociais de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade como estruturantes do modo de produção e reprodução da vida social, percebe-se que as mulheres em situação de rua são um dos segmentos mais pauperizados e explorados dentro do sistema capitalista.

Dentre a exploração e a opressão desses corpos, temos as mulheres negras que aparecem como as mais violadas. Segundo o Atlas da Violência de 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, ou seja, o risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que uma mulher não negra. As quatro interlocutoras que aceitaram participar das entrevistas se identificam enquanto mulheres negras, carregando assim três categorias de opressão, pelo seu gênero feminino, por estar na classe mais pauperizada, e pela sua raça/etnia.

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais. (CARNEIRO, 2017, p. 19).

No entanto, somente uma das mulheres que participou da entrevista afirmou ter sofrido racismo e discriminação, algo que não foi tão surpreendente, já que o racismo é frequentemente naturalizado e velado na sociedade brasileira (inclusive pelas próprias pessoas que sofrem o racismo, assim como o machismo pode ser naturalizado entre mulheres etc.), favorecido pelo discurso de mestiçagem e democracia racial. É possível constatar a violência contra a mulher negra desde a época colonial: a apropriação do corpo das mulheres negras era cometida pelos senhores brancos e a miscigenação daí resultante. Nesse sentido, “a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco” (MUNANGA, 2008, p. 29). Os estereótipos das mulheres negras são agravados por essa carga histórica escravagista de objetificação e submissão que reforçam mitos racistas como o da mulher negra hipersexualizada sempre disponível.

O racismo institucional e estrutural em conjunto com a desigualdade de gênero produz a falta de acesso para as mulheres negras, acesso a direitos, acesso ao mercado de trabalho formal, acesso a oportunidades e uma vida com dignidade. E representa também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade. Enquanto realizava estágio no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), participei do “projeto de vida”, que se caracteriza por ser um grupo ministrado pela assistente social do espaço. Este grupo tinha por objetivo pensar outras possibilidades além da situação de rua e as potencialidades dos usuários. Uma das usuárias que participava desse grupo tinha como objetivo parar



de carregar tantas bolsas, já que a pessoa em situação de rua por, não ter moradia, acaba levando consigo todos seus pertences. Ela sempre relatava que não gostava de frequentar o Parque da Redenção, pois todo mundo que passava por ela lhe olhava torto ou a xingavam; ela dizia que era por ser negra e moradora de rua, então um dos seus sonhos era ser loira de olho de azul e ser casada com um homem branco. Neste exemplo podemos perceber o quanto o racismo e o preconceito afetam a vida das mulheres negras, por medo de frequentar locais públicos, e como a figura do branco é dominante e representa o ideal a ser seguido.

Mês passado eu e meu companheiro fomos no mercado lá em Alvorada, onde eu moro, e meu companheiro ficou na porta, porque ele tava com a cadela dele, e eu fui sozinha pra dentro, minha máscara arrebentou e eu fui pegar a dele pra entrar no mercado. O porteiro do mercado se encanou tanto com meu companheiro que tava ali na frente, que ele achou que ele queria roubar, e meu companheiro então disse: “não, minha mulher tá lá dentro”, e o porteiro respondeu que ali não tinha nenhuma mulher, aí meu companheiro já se incomodou, começou a gritar, resultado, lá na praça que pegamos comida de noite vai uma assistente social, e ela disse pra mim que eu tinha que registrar ocorrência, cheguei lá pra registrar e me disseram que não era ali e sim no LGBT não sei o que, então fica esse jogo, por isso que às vezes a gente não procura recurso, daí eu peguei e liguei pro 180 e aí foi a solução, perguntei quem é que vai reconhecer isso, porque a gente sofreu racismo e homofobia. (Maria, em entrevista).

Esse outro relato sobre racismo e preconceito trazido por uma das interlocutoras representa bem como ele se manifesta no cotidiano e como diferentes marcadores sociais da diferença se interseccionam na produção de uma desigualdade especializada, onde uma simples ida no mercado pode significar uma violação de direito. Nessa cena, a entrevistada sofre com uma discriminação que não é transfobia, racismo e classismo separadamente, mas uma combinação em que o preconceito sobre seu gênero é racializado, sua identidade racial é gererificada, sua classe social é percebida através da sua raça e identidade de gênero etc. Sua presença e a do seu companheiro no mercado são colocadas em suspeita *no todo*, e não em partes. A narrativa também evidencia que embora ela seja um sujeito integral experimentando a violência, as políticas sociais têm a tendência de fragmentá-la, olhando para ela, nesse caso, em primeiro lugar como mulher trans, para pensar qual instituição poderia acolher sua demanda.

### 3. VIOLÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Como pudemos visualizar, a violência é uma categoria que funciona como mediadora entre a rua e o gênero, sendo um fenômeno quase que inerente à experiência da população em situação de rua independente da questão de gênero, no entanto, que se acentua e se especializa quando analisamos por esta perspectiva. A população em situação de rua é atingida pelo estigma e moralismo da sociedade, além de terem seus direitos violados, são passíveis de diversas formas de violência, a partir do momento que o ideário social propaga ideias moralizadoras sobre essa parcela da população. Dessa maneira, pessoas em situação de rua são vistas como vagabundas, bandidas, loucas, sujas, mendigas, e são restritas de respeito, igualdade e dignidade. Isso é evidenciado no registro de 17.386 casos de violência em que a motivação principal foi a condição de situação de rua da vítima, dados de 2015-2017 divulgados pelo Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Apesar dos homens serem a maioria na rua, são as mulheres que sofrem mais violência dentre essa população: 50,8% das vítimas, segundo o boletim, eram do sexo feminino e, destas, 54,8% eram mulheres negras. As transexuais constituíram a população mais frequente entre as notificações de violência motivada pela situação de rua, possuindo 1,8% em 2017, sendo importante destacar que 33,6% deixaram o campo de identidade de gênero em branco. Assim, a violência contra as mulheres trans provavelmente seja muito maior do que a notificada.

É fundamental questionar como a violência limita a vida de algumas pessoas no uso do espaço urbano — discriminação, agressão, assédio sexual, injúria, estupro ou assassinato compõem uma rede de violência exercida contra as pessoas que estão fora da ordem patriarcal de gênero normatização do corpo baseia-se em uma matriz de inteligibilidade, criando proibições no uso do espaço urbano nitidamente perceptíveis por meio de práticas misóginas, homofóbicas ou racistas. Incorporar a abordagem de gênero nas questões urbanas implica a proposta de inserção do debate da violência e da importância, no marco dos direitos, do exercício pleno da cidadania (PIRES, 2016, p. 103).

Pela ausência de moradia, a situação de rua acaba aumentando a exposição dessas pessoas às violências, e frente à omissão do Estado, vemos de maneira frequente notícias de “moradores de rua” que foram agredidos, tiveram seus corpos queimados, foram apedrejados entre outras formas de violência. Por serem vistos

como sujeitos perigosos e suspeitos são tratados como não-cidadãos, ou seja, sofrem um processo de desumanização. Então vemos que a realidade da população em situação de rua é cercada de violências, a própria condição em si é uma violência, representando uma violação estrutural de direitos constitucionais como: moradia, alimentação, saúde, trabalho e segurança.

Anteriormente demonstramos como a construção da cidadania se deu num contexto liberal, onde todos somos considerados "cidadãos" em uma sociedade totalmente desigual, onde os mínimos sociais não são de acesso a todos. Temos, de um lado, o Estado que tem dever de garantir a proteção social, no entanto, o mesmo se insere numa relação de forças, atendendo as necessidades da burguesia. Para Yamamoto (2001), o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais-históricas-econômicas de produção específica. A sociabilidade burguesa se utiliza da cultura conservadora naturalizando, individualizando e banalizando a violência sofrida pelos indivíduos, principalmente da população pobre, com a criminalização da pobreza.

A violência experimentada pela população em situação de rua é perpetrada em diversos âmbitos, ela é prática entre as próprias pessoas que estão em situação de rua, pela disputa de poder e território, pelo tráfico, desavenças pessoais e conflitos conjugais. De outro lado, temos violências causadas por pessoas intolerantes e preconceituosas com a situação dessa população, e as violências planejadas pelo Estado, de cunho higienista e punitivo, praticada em maior parte pelos policiais.

Eu tava dormindo ali embaixo do viaduto, e a polícia veio acordando todo mundo, acacetada, com o caminhão do lixo recolhendo as coisas dos moradores de rua de novo, sabe? Eles tratam as pessoas, a polícia principalmente, que devia proteger a gente, é o que mais agride a gente, são os que mais menosprezam a gente, como se a gente fosse menos, e não interessa pra eles se tu é mulher, se tu é homem, se tu é trans, se tu é travesti, se tu é idoso, eles tratam na mesma violência, é isso que me indigna muito mais, porque era pra proteger a gente, é o que mais agride, eram duas horas da manhã, e o pessoal da rua veio avisando a gente pra acordar se não a gente ia levar paulada que nem os outros, não interessa se é só essas roupas que tu tem, se é só esses documentos que tu tem dentro dessa bolsa, eles pegam e tocam no caminhão de lixo [...] daí desceu outra viatura e mandou a gente voltar, chamando a gente de mendigo, e assim eles ficam fazendo, isso é desumano (Luciana, em entrevista).

A sociedade brasileira, historicamente, legitima o uso da violência. Além das opressões serem uma forma de manter as relações desiguais no país, vemos constantemente, além da criminalização da pobreza, a naturalização do racismo, da

violência de gênero, da violência contra pessoas LGBTI+ e outras minorias, que são considerados inferiores em relação ao padrão cis-hetero-centrado e branco da burguesia nacional. Esse Estado brasileiro fundado com ideologias liberais, com o avanço do neoliberalismo assume ainda mais a sua força repressora e enquanto braço direito do capital, com intervenções por parte do Estado a partir da força e violência. O Brasil assume a cultura da violência estrutural e simbólica, perpetrada por diferentes instituições. Ao mesmo tempo em que, segundo Chauí (2012, p. 155) “Há no Brasil um mito poderoso, o da não violência, que oculta o autoritarismo social”.

Assim, a violência policial contra a população em situação de rua não é isolada, ela é estrutural, e essa história se repete além do relato da interlocutora citado anteriormente. Na cidade de São Paulo, com o governo de João Dória, a população em situação de rua fora acordada com baldes de água fria no inverno, sendo alimentada com rações. Em Porto Alegre não é diferente: vemos notícias de ações do governo com remoções forçadas, recolhendo os pertences dessas pessoas e os retirando de bairros, geralmente de classe média alta, para higienização das ruas, sem a capacidade de agir de maneira efetiva pensando em trabalhar todas as áreas da vida dessa população tão complexa.

Essas ações geralmente acontecem na região central da cidade de Porto Alegre, embaixo do Viaduto da Conceição e no bairro Floresta, onde se localiza a maior parte dos serviços que atendem a população em situação de rua, como abrigos e albergues, serviços de convivência, restaurante popular e centros pop. Contraditoriamente, querem retirar a população em situação de rua dos locais onde ela é atendida; muitas vezes o poder público realiza essas ações pela tensão de moradores da área para a “limpeza” da cidade, não se importando com as vidas dessas pessoas, ou seja, o acesso à cidade não é igual a todos, de modo que essa população sofre uma exclusão social e econômica. Dessa forma, se torna importante reconhecer como o território também demonstra relações de poder, pois o mesmo não é estático e sim um objeto dinâmico devido aos processos que ocorrem, com múltiplas lógicas, algumas de emancipação e participação, outras que produzem sujeição e dominação.

A organização territorial entre centro e periferias trazia consigo novas formas de exclusão. Ora, esse “desenho” disciplinar muito próprio da sociedade industrializada foi criticado e tensionado nas décadas de 60 e 70 por movimentos sociais como também por pensadores de vários campos do conhecimento. Tudo isso levou ao fortalecimento daquilo que autores como

Foucault e Deleuze chamam respectivamente de “segurança” e “controle” que, mais do que uma absoluta exclusão, são na realidade uma reorganização da relação entre inclusão e exclusão por modulações nos tecidos urbanos sempre mais complexos – policêntricos – que constituem as metrópoles contemporâneas (SZANIECKI, 2019, p. 25).

Então, a população em situação de rua se localiza em maior número nos centros urbanos, pois nessa área se tem mais facilidade de conseguir oportunidades no mercado de trabalho e acesso a políticas sociais, porém o tensionamento por parte da sociedade em geral e as ações do Estado é para as populações mais pauperizadas estarem longe dos centros urbanos, à margem da sociedade nas periferias. Essa é uma marca histórica do Brasil: segundo Barreto (2010), com os primeiros sinais da abolição se constituiu uma nova política para o acesso à terra, os grandes proprietários de terras criaram mecanismos como a Lei de terras para inibir seu acesso aos escravos libertos. Dessa forma, com o fim da escravidão, o povo escravizado liberto migrou para os centros das cidades (como, por exemplo, o Rio de Janeiro), em busca de empregos, já que não havia muitas opções de emprego e nem terras para produzir e morar. Toda sua mão de obra havia sido explorada para gerar riquezas no sistema escravocrata.

No entanto, as áreas centrais nessa época eram consideradas áreas nobres, e com o início da construção de cortiços essas habitações mais pobres passaram a ser uma ameaça à saúde, a moralidade e a economia. Esses cortiços eram considerados um antro de vagabundagem pelas elites, visto como uma ameaça à ordem social vigente. Assim, com o avanço da urbanização nas cidades, os cortiços foram proibidos e destruídos como questão de saúde pública, o que fez com que os negros e as populações mais pobres fossem expulsas do coração da cidade lhes restando regiões periféricas com moradias precárias, ou a situação de rua.

Nota-se que a questão da falta de moradia não é algo novo no contexto brasileiro, assim como as políticas higienistas contra a população mais empobrecida. Observar esse momento histórico que foi a escravidão e o pós escravidão é extremamente necessário para entender como a população em situação de rua hoje é constituída, por sua maioria de pessoas negras. A escravidão ainda deixa raízes profundas pois são os negros que ainda ocupam funções menos qualificadas, tem seu nível de escolaridade mais baixo e ganham salários menores. O racismo estrutural justifica valores racistas ainda propagados e práticas violentas que essa população ainda sofre. Mesmo com tantos avanços nos direitos humanos e na Constituição

Federal, vemos que os direitos iguais tão pregados pela democracia liberal não são tão iguais assim.

### **3.1. Violência e resistência: mediações entre a rua e o gênero**

Ao longo dos relatos das interlocutoras, algo que as conectava além da questão da classe, raça/etnia e gênero foi a experiência intensa com a violência. Quando está em situação de rua, essa mulher sofre diferentes tipos de opressão e violência de forma diferente do âmbito doméstico. Observa-se que as violências físicas, sexuais e psicológicas experimentadas pelas mulheres em situação de rua são mais agudas, pois essas mulheres acabam muitas vezes se submetendo sexualmente em troca de proteção, ou em troca de drogas e álcool, que acabam as deixando mais vulneráveis. As próprias mulheres entrevistadas acabam reproduzindo esse discurso:

Claro que o homem batalha mais, porque ele tem que estar brigando por território e ele protege a mulher, mas mulher estar em situação de rua é bem complicado mesmo, em questão da nossa higiene, de tudo, nossa vaidade também, mesmo a gente estando na rua a gente tem vaidade, gosta de se arrumar, gosta de se vestir, botar aquelas pulseiras que a gente acha no lixo, mas a gente bota, então é difícil, a gente fica mais vulnerável, eu nunca usei droga, só bebida, eu nunca precisei fazer programa pra ter bebida, mas tem umas que fazem, fazem pra ter bebida, pra dormir melhor, dormir com o chefe do alojamento, então elas se submetem mais, elas se expõem mais (Maria, em entrevista).

No estudo de Rosa e Brêtas (2015), realizado com mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, comprova-se que a violência aparece como uma temática inerente à experiência das mulheres. Os autores citam que para muitas mulheres a rua foi saída para se livrar da violência doméstica, no entanto, o que vemos é que mesmo tentando mudar essa realidade de violência esse ciclo acaba se perpetuando na rua.

A mulher quando tá sozinha é pior, até quando tá acompanhada é, imagina sozinha [...]. Eu sempre fico com um companheiro porque caso eu fique na rua eu não fico sozinha, mas dá muito trabalho esses companheiros da rua, de albergue, eles dão muito trabalho, porque eles são muito viciados em droga também, e te puxa né? Te carrega, e eu tô com esse aqui tem quase 1 ano, mas não dá certo, eu não gosto dele, eu tenho pavor dele, eu já tentei largar ele um milhão de vezes e ele não me larga, eu sofro, eu não tô contente com ele, ele não vale nada, eu tô com ele pela proteção (Júlia, em entrevista).

Vimos como a população em situação de rua é associada a diversos estigmas, porém, as mulheres que estão nessa situação sofrem um duplo estigma, pois essas mulheres romperam com as normas de gênero e são consideradas transgressoras à

ordem social que diminui mulheres para o âmbito privado e o cuidado à família. Segundo Bezerra (2018), o uso de álcool e drogas são um dos motivos principais para essas mulheres serem vistas de forma criminalizadora com fundamentos que as mesmas são sujas, feias e animais.

Então essa mulher que está em situação de rua, mesmo sendo minoria, acaba sendo mais vulnerável que o homem devido à questão de gênero. O corpo feminino é "coisificado" e apropriado pelos homens que possuem autorização social para disporem (OLIVEIRA, 2019). Por este motivo, grande parte das mulheres em situação de rua acabam buscando proteção de um parceiro, e assim acabam se submetendo aos homens como uma estratégia de sobrevivência para escapar de violência de outros.

Já sofri violência física, psicológica e verbal, e isso me deixou muito magoada, muito confusa, em algumas questões, mas me deu mais força e mais experiência pra ser o que eu sou hoje, pra ter as convicções que eu tenho hoje, as decisões que eu tenho, eu fiquei mais forte, hoje eu tenho um empoderamento que naquela época que eu caí na rua eu não tinha, talvez eu não soubesse dos meus direitos [...]. Eu já tive a experiência de acordar com um homem em cima de mim na rua, de sofrer violência sexual, antes eu morria de medo, eu tinha medo de todos que estavam na rua, eu não conhecia ninguém, então eu dormia sozinha em lugares isolados, e foi aí que eu acordei com um cara em cima de mim com uma faca no meu pescoço (Luciana, em entrevista).

A violência sexual, para Saffioti e Almeida (1995), é produzida no interior das relações de poder, visando o controle e domínio do outro, exercendo uma relação de poder e de exploração-dominação, por meio do não-consentimento do outro sujeito que sofre a violência. Desta maneira se torna inerente discutir sobre o papel das desigualdades de gênero, de classe, raça e do poder do homem sobre a mulher quando falamos sobre a violência de gênero.

Os movimentos feministas trazem o abuso e a violência sexual como consequência da sociabilidade burguesa e patriarcal que mercantiliza os corpos e as relações sociais. Lowenkron (2010) afirma que este modelo legitima a violência de homens contra mulheres. O argumento dos que justificam as agressões sexuais sempre reside nas diferenças biológicas e na naturalização da questão de gênero, da sexualidade feminina e masculina: a mulher sendo socializada para ser a "caça" e o homem o caçador, aquele que toma a iniciativa e que tem sua sexualidade e seus desejos tidos como incontroláveis (SAFIOTTI, 2015).

Se tratando de legislação para proteção à mulher, temos a Lei Maria da Penha, contudo, essa lei sofre fragilização em relação às especificidades das mulheres em situação de rua, que como vimos anteriormente, sofrem violências ainda mais agudas do que no ambiente doméstico – pois experimentam a violência dos companheiros, mas também de outros homens que estão em situação de rua ou não. Deste modo, as mulheres em situação de rua encontram-se menos assistidas pelas políticas públicas do que mulheres que possuem domicílio.

Na pesquisa realizada pelo MDS em 2008, 69,3% das pessoas em situação de rua responderam que preferem não dormir na rua por causa da violência e o medo que ocorre nessa situação. Desta forma, muitos acabam em busca de albergues ou abrigos e com as mulheres em situação de rua entrevistadas não é diferente. Júlia respondeu na entrevista que não sofreu violências sexuais na rua porque desde que começou esse processo de realização frequenta albergues, assim como Maria, que relatou que seu refúgio para não ficar na rua fazendo uso de álcool foram os albergues, já que nestes espaços as pessoas não podem entrar com bebidas alcoólicas e nem alteradas pelo seu uso.

Gisele também destacou em seus relatos que ficou apenas uma noite dormindo na rua, e nesta noite não dormiu um segundo sequer, no seu processo de realização sempre buscou ficar em albergues, e depois de um tempo conseguiu vaga em um abrigo, então sua experiência nesse processo é diferente das outras mulheres, por ter ficado sempre dentro de instituições. Neste exemplo podemos observar como a ideologia liberal é difundida no senso comum, as expressões da questão social se transformaram em questões individuais retirando sua dimensão coletiva e estrutural, esse processo vivenciado por ela e por outras tantas mulheres no processo de realização é fruto de um fenômeno de desemprego estrutural, pois o sistema capitalista precisa de um exército industrial de reserva para sua própria existência. Assim é pregado que a riqueza e a pobreza são questões individuais, faz com que as pessoas pensem que são fracassadas pelas expressões da questão social criadas dentro desse sistema.

Meu sonho é ser cantora e compositora [...]. Eu tenho necessidade de aprender, é importante ter acesso a isso, fazer artesanato, música, cultura, sabendo fazer eu fico feliz com isso (Gisele, em entrevista).

Eu tive um grupo de dança afro durante 8 anos lá em Alegrete, nessa época eu nem sabia onde era Porto Alegre e nós tivemos aqui no teatro São Pedro



[...]. Atualmente eu trabalho pouco com faxina, e dá para ir levando com aluguel social e a cesta básica que eu ganho da ONG (Maria, em entrevista).

Meu desejo é um trabalho e uma casa, para poder ter meu sossego (Júlia, em entrevista).

A questão de eu ter feito curso de educadora social popular, é para daqui um tempo, eu poder atender nossa população LGBT, eu quero trabalhar com adolescentes em transição (Luciana, em entrevista).

Salientamos que as transformações ocorridas na vida dessas mulheres são resultado de diversos condicionantes para estarem hoje em situação de rua, nenhuma das interlocutoras está em situação de rua porque quer, logo, essas mulheres criaram diversas formas de resistência para suportar essa situação e para enfim superá-la. São mulheres com sonhos e potencialidades, isso foi demonstrado nas entrevistas, onde todas finalizaram suas falas com perspectivas para o futuro.

### **3.2. Mulheres em situação de rua e o trabalho da assistente social**

Para realização deste trabalho, além da parte empírica com as interlocutoras, realizamos uma pesquisa bibliográfica com intuito de identificar os debates realizados sobre as mulheres em situação de rua nas produções teóricas do Serviço Social. Encontramos 14 bibliografias sobre o tema, porém, é necessário destacar que duas dessas não foram escritas por profissionais do Serviço Social. Coletamos os dados nas revistas de Qualis A1 e A2 do Serviço Social e só encontramos material nas revistas *Textos & Contextos* e *Ser Social*, sendo um artigo publicado em cada. Ao fazer a leitura dos artigos, percebemos que as autoras são da área da Psicologia, ou seja, não há nenhum artigo publicado nas revistas de Serviço Social de Qualis A1 e A2 sobre as mulheres em situação de rua escritas por autores do Serviço Social.

Na tabela abaixo, sistematizamos os dados coletados através da pesquisa bibliográfica de teses e dissertações no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas revistas de Qualis A1 e A2, e nos eventos CBAS e Jornada Internacional de políticas públicas entre 2015-2019, a partir da combinação entre os seguintes descritores: gênero; mulheres; travestis; transexuais; situação de rua.

**Tabela 2 – Trabalhos publicados sobre mulheres em situação de rua**

Tipos de trabalho	Especificações	Número
Artigos em revista	Textos & Contextos	1
	Serviço Social & Sociedade	0
	Katálysis	0
	Em pauta	1
	Ser social	0
Eventos:	CBAS 2016	1
	CBAS 2019	3
	VII Jornada Internacional de políticas públicas (2015)	0
	VIII Jornada Internacional de políticas públicas (2017)	1
	IX Jornada internacional de políticas públicas (2019)	2
Tese		0
Dissertações		4
Trabalho de conclusão de curso		1
Total de trabalhos		14

**Fonte:** dados sistematizados pela autora (2022).

Muitas autoras trazem a importância em produzir sobre a temática, justamente para as mulheres em situação de rua serem vistas enquanto sujeitos de direitos e saírem da invisibilidade. São pessoas com direitos constitucionais negados como fora demonstrado. No que tange a saúde, Costa (2019) relata a dificuldade em fazer um levantamento de dados epidemiológicos desse grupo, visto que não existem registros. Reis e outros autores (2019) destacam a dificuldade no aprofundamento sobre o recorte feminino visto à ausência de dados oficiais, e a ausência de políticas públicas destinadas a esse segmento.

Há uma tendência à naturalização do fenômeno que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2006, p. 95 apud CARVALHO, 2019).

Destaca-se que o material mais antigo encontrado na coleta de teses e dissertações foi de 2000, ao mesmo tempo em que percebemos uma lacuna até 2015. A maior produção bibliográfica se concentra em 2015, após a criação da Política Nacional da População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009), marco legal que busca assegurar os direitos desse público. No caso do Serviço Social, podemos inferir também que a produção de conhecimento científico nessa área frequentemente “aguarda a institucionalização dos fenômenos sociais (materializadas, por exemplo, em ações de governo, planos, programas e projetos que reverberem em políticas públicas) ao invés de antecipar e acompanhar sua institucionalização” (FERREIRA, 2016, p. 1218). Por essa razão, podemos entender que o *boom* de produções da área somente ocorre após a criação da política nacional e da criação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013) que instituiu o serviço especializado para pessoas em situação de rua e o serviço especializado em abordagem social, responsáveis pela abertura de um espaço sócio-ocupacional para a assistente social trabalhar diretamente com a população em situação de rua.

Nenhuma das produções coletadas na pesquisa focava no trabalho da assistente social com mulheres em situação de rua, todavia algumas trazem discussões relevantes no que cerne a atuação dessa profissional. A assistente social precisa conhecer a realidade social do público atendido, as expressões da questão social que os atinge. Por exemplo, a maneira como essas mulheres sobrevivem, seu convívio social e suas estratégias, somente assim poderemos criar novas estratégias para a criação de novos projetos de vida.

Levando em conta a importância histórica no rompimento do Serviço Social com o conservadorismo e a neutralidade, e ao se reconhecer como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e o trabalho como elemento central, além de se reconhecer enquanto uma profissão interventiva que visa transformar a sociedade, é necessário apreender a totalidade da realidade social e os sujeitos sociais com suas múltiplas determinações que envolvem aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Destacamos as três dimensões inseparáveis desenvolvidas no processo interventivo desse profissional: a teórico-metodológica, que é a capacidade de apreensão da realidade conjuntural, proporcionando ao profissional acesso a técnicas, procedimentos, estratégias e perspectivas epistemológicas a

serem utilizadas durante a intervenção; a dimensão ético-política que coloca a profissão na defesa de determinados valores e princípios e no horizonte de um projeto político de sociedade, visando democratizar o acesso a informações, serviços, direitos sociais e humanos, cidadania e políticas sociais e pelo fomento do protagonismo cidadão; e a dimensão técnico-operativa que está relacionada aos objetivos e finalidades das ações da assistente social, como o manuseio e utilização prática de instrumentos e técnicas para realização de uma intervenção específica.

Como demonstrado, a questão social está profundamente relacionada a consolidação do modo de produção capitalista, são as variadas expressões da questão social que dão legitimidade para a atuação da assistente social enquanto seu objeto de trabalho. No espaço sócio-ocupacional, com sua atuação com mulheres em situação de rua, a assistente social atua sobre múltiplas expressões que se manifestam na exclusão das mulheres, tanto do sistema produtivo quanto da sociedade, dado ao estigma social criado. Pensar sobre a prática profissional é pensar numa relação inseparável entre teoria e prática. A realização dos princípios ético-políticos articulados com os conhecimentos teórico-metodológicos, viabilizam mecanismos para que a assistente social realize sua intervenção técnico-operativa com uma certa finalidade, visando o enfrentamento da questão social no fortalecimento da autonomia dessas mulheres.

Ao longo dos relatos das interlocutoras e do apanhado teórico pudemos ver o quanto as mulheres em situação de rua estão à margem de direitos efetivos, sendo necessárias mediações constantes da assistente social para o acesso destes à rede de serviços e a viabilização de seus direitos, seja com a democratização de informação passada numa entrevista social ou num atendimento, no estabelecimento de vínculos e no seu encaminhamento a rede de serviços disponíveis.

Como dito anteriormente são múltiplas determinações que causam o fenômeno da população em situação de rua, então seu enfrentamento requer diversas articulações e a necessidade de acompanhamentos sistemáticos para um plano efetivo de intervenção criado entre os serviços. Vemos que o maior desafio é superar a fragmentação e garantir intervenções pautadas na integralidade.

Compreende-se que todas essas contradições estão diretamente envolvidas no contexto neoliberal e de reestruturação produtiva do capitalismo, de corte de gastos com políticas sociais que são precarizadas desde sua gênese, ainda

mais as políticas voltadas à população em situação de rua que foram sempre inexistentes ou de caráter higienista. Elas tendem a retornar de maneira ainda mais forte, como vimos, o pensamento hegemônico individualiza os sujeitos com objetivo de retirar a responsabilidade do Estado na proteção social. Neste cenário de redefinição do papel do Estado, observa-se a transferência de uma parcela de serviços sociais para a sociedade civil, desresponsabilizando o Estado no enfrentamento das desigualdades sociais, ocorrendo práticas voluntaristas e assistencialistas (ALENCAR, 2009).

O desmonte da seguridade social representa o distanciamento do Estado quanto à responsabilidade social, de modo que a seletividade e a focalização das políticas públicas distanciam-se da realidade dessas mulheres e legitimam-as cada vez mais como inexistentes frente aos órgãos públicos. (BEZERRA, 2018, p.87).

Ao longo das entrevistas, uma das interlocutoras chamou a atenção por relatar que recebia mais “ajuda” de ONGs e pessoas fazendo caridade do que do próprio Estado. A mesma relatou que após 20 anos entre idas e vindas na rua, somente atualmente é que está conhecendo melhor os serviços para a população em situação de rua. Podemos observar que com a ausência das políticas públicas e do poder público, as ações caritativas entram em cena, assim como as instituições do terceiro setor prestando serviços ao Estado, nas quais muitas vezes não há profissionais qualificados para trabalhar com essa população. Dessa forma, o seu não acesso acaba não sendo de todo modo pelo desconhecimento dos serviços e sim pela discriminação que sofrem, assim, acabam não acessando seus direitos.

Quando falamos da questão de gênero na assistência social, segundo Gasparotto e Grossi (2017), avalia-se a vinculação da mulher aos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ao cumprimento do seu papel de mãe e do cuidado familiar, reforçando a desigualdade sexual do trabalho e ao não fortalecimento da mulher e de sua autonomia, visando o enfrentamento das desigualdades de gênero. Esta presença de estereótipos de gênero que desqualificam a mulher nas políticas públicas legitima o processo de opressão e submissão da mulher, impactando de forma extremamente negativa nos diversos aspectos da vida social.

Dessa forma, a assistente social que trabalha com as mulheres em situação de rua deve atuar na perspectiva de garantir os direitos básicos dessas pessoas, e dentre esses direitos o reconhecimento de suas identidades, garantindo a existência de um

espaço no qual essas pessoas possam expressar e construir suas identidades sem preconceitos. Por isso, se torna extremamente importante termos profissionais qualificados sobre essas questões. O nosso público usuário, em sua maioria, carrega um histórico de violências e de violações de seus direitos, e dessa forma exige atendimentos que considerem suas particularidades.

Ainda, o que nos chamou atenção é que todas as mulheres trouxeram a mesma demanda social: um abrigo só para mulheres. Conseguimos constatar que isso se relaciona ao fato de as mulheres em situação de rua estarem à margem dos direitos e de todas as estratégias de prevenção, “quando mães não encontram um plano humanizado, nos abrigos as vagas são insuficientes, necessitam de espaços para suas necessidades imediatas, como alimentação, saúde sexual e reprodutiva e acolhimento” (NUNES; SOUZA, 2020 p. 107). Muitas vezes a estratégia de sobrevivência dessas mulheres é estar num espaço de proteção como os albergues, pois eles servem, também, como um espaço de redução de danos, já que estando neste espaço não fazem uso de substâncias. No entanto, pelas vagas insuficientes, acaba lhes restando a rua e todo tipo de vulnerabilidade que está envolvida neste cenário.

Minha forma de resistir sempre foi fugir, foi a fuga. Me chamavam pra fazer festinha e eu respondia “não, essa noite não vou porque preciso fazer faxina amanhã”, então minha forma foi sempre a fuga. E quando eu vi que tava muito enturmada com o pessoal da rua eu pegava e ia para os albergues, aí eu não ficava na rua, ficava nos albergues (Maria, em entrevista).

Destacamos que é urgente a construção de estratégias mais significativas entre a rede de proteção à população em situação de rua quando fazemos esse recorte de gênero. Como visto, com o desmonte das políticas de seguridade social isso afeta diretamente a população em situação de rua com a precarização dos serviços que atendem esse público, no entanto, a exclusão das mulheres em situação de rua é tanta que não há políticas específicas para mulheres nessa condição. Com essa invisibilidade social por parte do Estado e da sociedade, o não acesso a bens e serviços e a negação de direitos fazem parte da experiência de ser uma mulher em situação de rua.

Diante disso, combater as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe no cotidiano do trabalho das assistentes sociais se mostra um desafio, exigindo a construção de ações permanentes para resistir à lógica hegemônica. Se torna necessário também a revisão dos currículos do curso de Serviço Social: na UFRGS,

por exemplo, foi somente em 2019 que a disciplina *Classes e movimentos sociais* foi incluída como obrigatória, uma disciplina extremamente importante para as discussões sobre o movimento negro, feminista, LGBTI+ etc., no entanto, seguimos sem muitas disciplinas que se aprofundem sobre nosso público usuário. Sabemos que nosso público usuário é a classe trabalhadora, mas e suas particularidades? Para que haja a efetivação do projeto ético-político profissional é necessário que a categoria de profissionais se coloque ao lado da classe trabalhadora em sua totalidade.

O Serviço Social esteve junto e lutou ao lado dos movimentos sociais, como o movimento feminista, o MNPR, e sendo aliado em muitas lutas, principalmente os que lutavam para promover e implantar políticas públicas específicas para as mulheres. O atual contexto é bastante árduo, porém sabemos que é na contradição que se produz o acirramento e as mudanças, então, é junto à organização política com outros sujeitos sociais, entre eles a categoria de assistentes sociais, que se torna possível provocar mudanças sociais significativas. Enfrentar esses desafios demanda às assistentes sociais a reafirmação cotidiana no seu exercício profissional, do seu compromisso com os valores ético-políticos defendidos no novo projeto profissional contra quaisquer tipos de preconceito, discriminação, exploração e opressão.

#### 4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Reafirmamos a relação estreita entre o sistema de produção capitalista e o processo de rualização, já que suas crises e processos de reestruturação produtiva afetam diretamente a classe trabalhadora, sendo uma das consequências o fenômeno da rualização. Após o apanhado histórico realizado neste trabalho, no qual vimos que os direitos das mulheres estiveram sempre em segundo plano, se torna fundamental mais estudos sobre essa temática para a categoria do Serviço social que se situa enquanto defensora dos direitos da classe trabalhadora, pois analisar as experiências sociais de mulheres em situação de rua fortalece os seus espaços enquanto sujeitos de direitos e contribui para que esse processo social possa sair da invisibilidade social.

Ainda, na atual conjuntura, vemos os desafios dos profissionais que trabalham com a população em situação de rua, dado a baixa articulação entre os serviços e o impacto na vida dos usuários. É necessário que haja maior conscientização por parte das assistentes sociais para que se tenha novas formas de enfrentamento e maior resistência a essa lógica capitalista e neoliberal de individualização dos sujeitos. A tendência é que cada vez se faça mais presente a lógica excludente de enfrentamento desta expressão da questão social. Para trabalhar com a materialidade, precisamos superar as ilusões: apesar de ter um posicionamento crítico, o Serviço Social encontra-se inserido na sociedade capitalista e está sujeito às práticas de trabalho alienadas.

Por isso, precisamos ter em mente a práxis revolucionária, pois somente assim conseguiremos atuar em consonância com o projeto ético e político do Serviço Social: por uma nova ordem societária, sem exploração de gênero, sexualidade, raça/etnia ou classe. É impensável descolar a prática profissional da perspectiva da equidade de gênero para dar materialidade ao nosso projeto ético-político profissional, afirmando que “ter como horizonte o projeto feminista de igualdade entre os sexos é um dever ético e não uma opção que se situa no terreno da moral” (MESQUITA, MONTEIRO, 2016 *Apud* GASPAROTTO; GROSSI, 2017 p. 2011).

Quando falamos das mulheres em situação de rua, as desigualdades de gênero que são produzidas e reproduzidas em todas as dimensões da vida social, no espaço público e privado, atingem de modo diferenciado essas mulheres que não têm moradia e experimentam essas opressões em seu cotidiano. Ao longo dos relatos pudemos



observar os impactos que a desigualdade de gênero provoca nas experiências sociais das mulheres em situação de rua. Além disso, essas experiências se relacionam com a dimensão racial e social das interlocutoras. Através desses relatos de apenas uma parte de suas vidas, pudemos perceber como o peso desses marcadores sociais relacionados ao racismo, machismo, homo-transfobia, sexismo e discriminação impactara nas suas identidades e experiências de vida, e que também refletiram sobre sua autonomia e percepção social.

Os maiores sonhos e desejos das interlocutoras se relacionam a ter uma moradia e um trabalho, demonstrando a negligência por parte do Estado na falta de acesso às políticas públicas. Essas mulheres percebem que apenas no âmbito do trabalho formal irão se tornar cidadãs dignas de respeito e dignidade frente a sociedade. Porém, pela divisão sexual do trabalho, vemos que o trabalho feminino é mais desvalorizado, o que ocasiona uma dificuldade dessas mulheres em conseguir um emprego, tanto pela sua condição social quanto pela questão de gênero. Assim, essas mulheres que tiveram uma longa jornada de suas vidas passando por trabalhos informais sofrem com isso até hoje. Destacamos, assim, que neste estudo estamos falando de mulheres trabalhadoras que estão no processo da realização.

Foram expostos inúmeros fatores que levaram as mulheres a estarem em situação de rua, pois são diversas as motivações e condicionantes que acarretam no processo de realização: o uso de álcool e drogas, os conflitos familiares, o desemprego, a falta de moradia, a perda de familiares ou de vínculos familiares, entre outros. As quatro interlocutoras trouxeram questões familiares, mas em nenhum momento quiseram se aprofundar sobre suas relações, tanto que Maria e Luciana que são mulheres trans trouxeram que suas famílias as aceitavam, mas estão em situação de rua e sem a ajuda de familiares. Enxergamos assim a contradição nessas relações familiares, onde essas mulheres têm o desejo de manter os vínculos, e chegam a fantasiar com a aceitação de suas famílias, ao mesmo tempo que elas seguem em situação de rua e sem contato. Vimos como no sistema capitalista a família monogâmica e cis-hetero-centrada tem seu importante papel para manter as desigualdades; essas mulheres que fogem desses padrões então foram colocadas de lado pelas suas famílias, que mesmo com a questão de classe ainda reproduzem os ideais da burguesia.

A população em situação de rua de maneira geral sofre as consequências da violência todos os dias devido as discriminações e preconceitos reproduzidos pelo imaginário social. Por não ter moradia estão mais suscetíveis a sofrer todo tipo de violência. A partir do exposto pudemos analisar as diversas formas de violência e negações de direitos contra as mulheres em situação de rua, que são sujeitadas às mais agudas expressões da questão social, então, acreditamos que a mulher em situação de rua está mais vulnerável devido a questão de gênero e por este motivo se torna tão necessário a produção de conhecimento sobre essa parcela da população, assim como o conhecimento de suas formas de resistência para potencializar essas estratégias e a mobilização para a melhoria de suas condições de vida por meio de políticas públicas. E reiteramos o processo ainda maior de invisibilização das mulheres travestis e transexuais que estão em situação de rua, por não haver pesquisas quantitativas em nível nacional sobre as mesmas. Concluímos, assim, que ser mulher em situação de rua envolve experiências particulares – de acessos ora mais precários e ora mais, em certo sentido, privilegiados em relação aos serviços e programas da rede socioassistencial; de violências e de significados sociais produzidos de forma específica sobre essa população – e experiências universais que atingem toda a população em situação de rua. Pudemos perceber, também, que a realização é um processo social e um fenômeno contraditório e que apesar de envolver necessariamente uma série de perdas, de injustiças, de desigualdades sociais e de violências, também se estabelece através da resistência, da insurgência, da celebração da vida, do sonho e da possibilidade de ter esperanças e projetos de futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Mônica Torres. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (Orgs). Distrito Federal, 2009.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- ARGILES, Mariglei dos Santos; SILVA, Vini Rabassa. **Assistência Social e população em situação de rua**. Anais da V Jornada Internacional de Políticas públicas, 2011.
- ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília, 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Ana Cláudia de Jesus. **O lugar dos negros pobres na cidade: Estudo na área de risco do bairro Dom Bosco**. Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.2, p. 188 - 215, jul-dez / 2010 – ISSN 1980-8518
- BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serv. Soc. Soc. (133) Sep-Dec 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.
- BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras escolhidas I.
- BEZERRA, Floriza Soares. **"Nos bares na lama, nos lares, na cama?": uma análise ontológica da violência contra a mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- BONFIM, Giverson. TEIXEIRA, Juvanira. ALBIERTO, Cleci. **O trabalho com grupos no serviço social contribuições para a intervenção profissional**. Caderno Humanidades em Perspectivas – v.2 n.2 – 2018
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo**, Brasília, DF, 05 jan. 1988.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**, Brasília, 2009.

BRASIL. **Política Nacional para a população em situação de rua**. 2009.

BRASIL. **Política nacional de inclusão social da população em situação de rua**. 2009b.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: aprovada na Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2013d (reimpresso em 2014).

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. MDS-SNAS, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

CARVALHO, Patrícia Reis. **Mulheres em situação de rua: Fatores que contribuem para esta vivência**. Anais da IX Jornada de Políticas Públicas. 2019

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

CASTEL, Robert. **As dinâmicas do processo de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação**. Cadernos CRH, Salvador, 1997.

CFESS, **Código de Ética do Assistente Social**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária**. Comunicação & Informação, v. 15, n. 2, p. 149-161, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2º Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COSTA, Franciele Marina Silva Costa. **Acesso à saúde reprodutiva de mulheres em situação de rua: análise realizada em uma unidade de acolhimento institucional**. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019. Acesso em: 23 maio 2021.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1ªed, Boitempo, 2019.

GASPAROTTO, Geovana; GROSSI, Patrícia K. **A perspectiva de gênero da política de assistência social: um debate necessário.** O Social em Questão - Ano XX - nº 38 - Mai a Ago/2017.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. **Gênero, identidade de gênero e sexualidade: Conceitos e determinações em contexto social.** Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano - ISSN 2179-1120 - v14, 2021. Acesso em: 30 mar. 2022.

HEMMINGS, Clare. **Contando Estórias feministas.** Estudos feministas, CFH-UFSC, Vol. 17, 2009. Acesso em: 08 mar. 2022.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Dossiê - Trabalho e Gênero: Controvérsias • Tempo soc. 26 (1) Jun 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo.** Brasília: ABPESS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, "questão social" e Serviço Social no Brasil.** Revista em Pauta, nº 21, RJ, 2008.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil, 2020.**

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Sílvia Vasconcelos. **Modos de vida da população em situação de rua.** Fractal, Rev. Psicol. vol.26 no.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2014. Acesso em: 09 mar. 2022.

LEIROS, John Lennon Francisco de Moraes. **O trabalho profissional do serviço social com a população em situação de rua: uma análise sobre as demandas no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel em Natal.** Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **“Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças”.** In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs). Coletânea Gênero Plural. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista** - Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

LOWENKRON, Laura. **Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?** Sexualidade, Saúde e Sociedade — Revista Latino-Americana, 2010.

MARINI, RUY MAURO. **Dialética da dependência. Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p.325-356, dez. 2017

MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MONTEIRO, Flávia; ALMEIDA, Luciane Pinho de. **A Exclusão Social de Mulheres Moradoras de Rua: Questões de Gênero e Políticas Sociais**. In: SILVA, P. C. (org.). Território(s), gênero, trabalho y políticas públicas en América Latina. São Paulo: Provocare, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NUNES, Nilza Rogeria de Andrade; SOUSA, Patricia Cristina Santana de. **Para ficar em casa é preciso ter casa: Desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de pandemia**. Rev. Augustus | ISSN: 1981-1896 | Rio de Janeiro|v.25 | n. 51 | p. 97-112 |jul./out. 2020.

OLIVEIRA, Nathalia Teresa de Andrade. **Relações sociais de gênero: A violência sofrida pelas mulheres em situação de rua no Município de Natal-RN**. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, Natasha Vieira de. **Relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe: Relações estruturantes na vida da população em situação de rua**. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019. Acesso em: 09 de mar. 2022.

PAUGAM, Serge. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. In B. Sawaia (Org.), As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 67-86). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Pessoas em situação de rua em Porto Alegre**. Civitas, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, jan.-abr. 2019.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. Edição nº 21 de abril/maio de 2007.

PIRES, Fátima Lauria. **Discriminação na cidade: mobilidade como direito social**. Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. Campinas (SP), 2016.

PISCITELLI, Adriana. **"Recriando a (categoria) mulher?"** In: ALGRANTI, Leila (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul./dez., 2008.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração Marxiana.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre, dez. 2003.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento.** Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PRATES, Jane Cruz; ABREU, Paulo Belmonte de; CEZIMBRA Leda. **Mulheres em situação de rua.** In: BULLA et al. As múltiplas formas de exclusão social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

REIS. Grazielle Donizetti; OLIVEIRA, Katicilene; PEDROSO, Gustavo. **Mulheres em situação de rua: As perspectivas e trajetórias de vida das mulheres no município de Franca-SP.** Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019. Acesso em: 23 maio 2021.

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. **A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil, 2015.**

ROSÁRIO, Graziela Oliveira do. **Análise das condições e modos de vida de mulheres em situação de rua em Porto Alegre-rs.** Dissertação de Mestrado - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015. Acesso em: 25 de mar. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência.** 2ed - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Brasil: violência, poder, impunidade.** Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1995.

SCHUCH, Patrice (org). **A rua em movimento: Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre, 2012.**

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria Útil de Análise Histórica.** In: Educação e Realidade. Nº. 20. Porto Alegre: PUCRS, 1995.

SILVA, Cláudia Lúcia da. **Estudos sobre a população em situação de rua: Campo para uma comunidade epistêmica?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SILVA, Márcia Swênia Brito. **Política nacional para a população em situação de rua: Sobre as garantias, a efetivação e as estratégias de sobrevivência de mulheres em situação de rua.** Anais da IX Jornada de Políticas Públicas, 2019.

SOUZA, Vanessa Bezerra. **Gênero, Marxismo e Serviço Social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

SZANIECKI, Barbara. **As cidades que excluem, mas que também podem incluir.** Revista do Instituto Humanitas Unisinos n. 533, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

TRINDADE, Hiago. **Crise do capital, exército industrial de reserva e o precariado no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017.

VELOSO, Renato. **Notas introdutórias sobre o debate das relações de gênero.** Revista Universidade e Sociedade. São Paulo: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2003.

YASBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZACARIAS, Inez Rocha. **A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social.** Porto Alegre: PUCRS, 2017.